

Sueellen Louise Severo

**ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DE SAÚDE FRENTE À EPIDEMIA DE CÓLERA NO HAITI**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Ma. Mariana Dalalana Corbellini

Santa Cruz do Sul

2020

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido saúde, força e sabedoria para concluir a faculdade e o trabalho final do curso. Sem Ele, nada seria possível.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe que sempre esteve ao meu lado me apoiando e que tanto lutou pela minha educação, não deixando faltarme nada, e ao meu irmão, William, que mesmo distante sempre me incentivou nas minhas decisões.

Ao Lucas, filho amado e querido, por compreender minhas horas de ausência devido ao curso e a este trabalho, sem teu apoio nada disto seria possível. A você filho, dedico este trabalho.

Um agradecimento muito especial, ao meu namorado, Valdir, meu grande parceiro, meu apoiador, que esteve ao meu lado me incentivando quando quis desistir, que se desdobrou em esforços para me ajudar durante a elaboração desse trabalho. Agradeço pelo seu ombro onde muito chorei, pelas palavras de apoio e, principalmente, pela paciência que teve comigo durante essa trajetória. Te amo meu amor.

À minha avó Josefina (in memoriam), sei que, de alguma forma, me manteve firme e me enviou forças para que eu não desistisse deste sonho.

Aos meus colegas e professores, que sem vocês esta jornada não teria sido tão proveitosa. Desejo uma trajetória de sucesso a todos vocês.

Sou grata principalmente à minha professora Mariana, que também foi a minha orientadora e acompanhou a minha jornada acadêmica de perto, me dando muito apoio em sala de aula e nas minhas orientações. Obrigada pela dedicação e pela contribuição para a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos, meu muito obrigada. Vocês que nunca negaram uma palavra reconfortante, me deram força e foram parceiros nesta etapa da minha vida.

Por fim, agradeço aqueles que de alguma forma contribuíram para que esta jornada fosse possível. Aos que torceram e vibraram a cada conquista.

Meu muito obrigada a todos.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar)

RESUMO

Sabe-se que ao longo da história, por diversos momentos, situações de crise determinaram a necessidade de cooperação entre diferentes partes para a obtenção de sucesso, tanto no que tange a superação de tal obstáculo quanto na busca por constante crescimento. Assim, a Cooperação Internacional surge como mecanismo ímpar que possibilita, através da interação entre diferentes atores e do compartilhamento de seus recursos, conhecimentos e estruturas, ações passíveis de modificar os paradigmas enfrentados por um determinado Estado. Nesse contexto, o Haiti, no período entre 2010 – 2019, vivenciou um agravamento de suas crises já existentes devido a uma epidemia de cólera, marcada por um número elevado de mortalidade, que evidenciou as precariedades do Sistema de Saúde haitiano e marcou a incapacidade de uma resposta adequada à epidemia. Contudo, a partir do estabelecimento da epidemia de cólera no Haiti, diversas Organizações Internacionais efetivaram sua atuação no país, em busca de medidas que possibilitassem o controle da doença. Dessa forma, o problema de pesquisa aqui proposto reside na compreensão da atuação da Organização das Nações Unidas e de sua agência especializada em saúde, a Organização Mundial da Saúde, durante esse período e quais as consequências das ações desenvolvidas. Para tal, o objetivo geral baseou-se em analisar a atuação e o impacto das ações da ONU/OMS nas esferas social, político-econômica e em saúde no Haiti. Além disso, buscou-se ainda entender a importância da cooperação internacional como ferramenta na procura por soluções para crises em saúde. Visando a construção do objetivo citado, foi realizada a contextualização histórica, socioeconômica e política do país, traçando-se um paralelo entre as dificuldades experimentadas historicamente e os atuais problemas em saúde enfrentados. A metodologia aplicada consiste em um estudo de caso, utilizando-se pesquisas bibliográficas, e tendo como subsídio à análise a perspectiva Liberalista das Relações Internacionais. Conclui-se, posteriormente a análise, que há uma ambiguidade ao se avaliar o impacto das intervenções propostas pela ONU/OMS no Haiti, ou seja, em alguns aspectos, como diminuição da mortalidade e controle da epidemia de cólera, é inegável o sucesso obtido. Porém, a presença estrangeira no país trouxe consigo um legado de descontentamento crescente por parte da população que, hoje, é percebida de forma negativa.

Palavras-chave: Cólera. Haiti. Cooperação Internacional. Crise em Saúde.

ABSTRACT

It is known that throughout history, in many moments, crisis situations determined the need for cooperation between different parties to achieve success, aiming the need to overcome the obstacle and in search for constant growth. Thus, International Cooperation emerges as a unique mechanism that allows, through the interaction between different actors and the sharing of resources, knowledge and structures, actions that can modify paradigms faced by a given State. In this context, Haiti, in the period of time between 2010 – 2019, experienced a worsening of its existing crises due to a cholera epidemic, marked by a high mortality, which made evident the precariousness of the Haitian Health System and highlighted the inability of the State in taking adequate responses to the epidemic. However, following the establishment of the cholera epidemic in Haiti, several International Organizations carried out activities in the country, searching for measures that would make possible to control the disease. In this way, the research problem proposed in this study is to understand the work of the United Nations and its specialized health agency, the World Health Organization, during this period and what are the consequences of the actions developed. For this purpose, the general objective was based on analyzing the performance and impact of UN/WHO actions in the social, political-economic and health spheres in Haiti. In addition to that, this study seeks to understand the importance of international cooperation as a tool in the search for solutions to health crises. Aiming the approach of the mentioned objective, the historical, socioeconomic and political context of the country was developed along the text, drawing a parallel between the difficulties experienced historically and the current health problems faced. The applied methodology consists of a case study, using bibliographic research, and the Liberalist approach in International Relations as subsidy. Afterward, the analysis concludes that there is an ambiguity when assessing the impact of interventions proposed by the UN/WHO in Haiti, because in some aspects, such as reducing mortality and controlling the cholera epidemic, the success obtained is undeniable. However, the foreign presence in the country brought a legacy of growing discontent in the population and it is, today, perceived in a negative way.

Keywords: Cholera. Haiti. International Cooperation. Health Crisis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Territorial do Haiti.....	26
Figura 2 – Situação político-econômica do Haiti.....	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Problema de pesquisa	9
1.2	Objetivos	10
1.2.1	Objetivo Geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos.....	10
1.3	Justificativa	10
1.4	Metodologia.....	11
2	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	13
2.1	Cooperação Internacional vista a partir do Liberalismo	14
2.2	Cooperação Técnica Internacional.....	20
2.3	Epidemia como fonte de crise	21
3	CRISE HAITIANA NOS ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS SOCIAIS	23
3.1	Contextualização Histórica	23
3.2	Panorama Geral	26
3.3	Fatores Econômicos.....	27
3.4	Cenário Político.....	30
4	ESTRUTURAÇÃO EM SAÚDE HAITIANA E A ATUAÇÃO DA ONU/OMS EM EPIDEMIAS DE CÓLERA	33
4.1	Aspectos sanitários e sistema nacional de saúde no Haiti.....	33
4.2	Atuação da ONU/OMS frente aos surtos de cólera.....	37
4.3	Atuação da ONU/OMS frente a epidemia de cólera no Haiti	40
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A cólera, doença bacteriana causada pelo *Vibrio cholerae*, determina um importante agravo em saúde, tanto por seu impacto na mortalidade quanto na velocidade com a qual gera a morte de um indivíduo, que não receba tratamento adequado. Hodiernamente, estima-se aproximadamente 1.3 a 4 milhões de casos anuais da doença e, proporcionalmente, um número total de mortes que varia entre 21.000 e 143.000 indivíduos no mesmo período (WHO, 2017). Sua transmissão relaciona-se intimamente a incapacidade de obtenção de água potável e acesso adequado a saneamento básico (WHO, 2017).

Dessa forma, pandemias e epidemias da doença são comumente observadas em países nos quais o acesso a tais recursos é limitado ou inexistente, sendo em sua maioria nações cuja taxa de desenvolvimento humano e capacidade financeiras são escassos. Além disso, a existência de crises humanitárias, sejam elas causadas por eventos naturais (furacões, terremotos etc.) ou conflitos armados, contribuem fortemente para o aumento da ocorrência de casos. Esse fenômeno torna-se observável, principalmente, no que tange o surgimento de áreas de risco emergente frente à formação de favelas que rodeiam o perímetro urbano e campos de refugiados, destinados à realocação interna da população ou ao recebimento de pessoas provenientes de outros países (WHO, 2019).

Nesse contexto, o Haiti tornou-se visado, nos últimos anos, devido uma crise pública em saúde, agravada pelos eventos catastróficos causados por um terremoto no ano de 2010. Estima-se que após 10 – 12 meses do evento, uma epidemia de cólera estabeleceu-se no país determinando a morte de aproximadamente 10.000 indivíduos. Assim, em meio a uma crise permeada pelas precárias condições de assistência recebida por parte da população, ocorre ainda um agravamento das já existentes crises políticas e sociais, exacerbadas pela incapacidade de uma resposta satisfatória de planejamento sanitário e em saúde por parte do governo local (WHO, 2019). O que em um primeiro momento delineava-se como uma crise epidemiológica acarretada por uma doença específica, persiste até os dias atuais como uma crise em saúde mais abrangente, que evidencia as já conhecidas precariedades do Sistema de Saúde haitiano, e mantém a contínua ação da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente através da atuação de sua agência especializada, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no território haitiano.

Com isso, a OMS, através de cooperação internacional, buscou medidas básicas que fossem capazes de diminuir a mortalidade infanto-juvenil e ofertar auxílio médico mínimo à população relacionadas à cólera. O esforço desta cooperação visa reduzir a progressão do número de casos, reduzindo mortes e buscando a reconstrução adequada de um sistema de saneamento e saúde pública com capacidade efetiva de prevenir futuras epidemias locais.

Assim, utilizando como contexto a crise político-social agravada no Haiti devido a ocorrência dos eventos catastróficos no ano de 2010, o trabalho tem por propósito analisar a atuação da ONU, com foco principal nas ações da OMS, e como essas medidas impactaram socialmente, politicamente e economicamente no país e como a dinâmica da cooperação internacional pode ser útil na busca por soluções efetivas capazes de contornar cenários críticos e ofertar uma resposta aos agravos enfrentados em um período pós catástrofe, tendo como base os anos de 2010 a 2019, tempo correspondente à epidemia de cólera que assolou o país. Além disso, será enfatizada a análise da progressão dos eventos, apontando fatores que propiciaram o estabelecimento do cenário atual, tendo em vista a construção organizacional em saúde do Haiti. Ademais, será buscado compreender e delinear diferentes aspectos relevantes na dinâmica das relações estabelecidas a partir da atuação da OMS e dos demais atores envolvidos, com ênfase nos desfechos relacionados a epidemia de cólera, mas também em relação ao desenvolvimento de soluções efetivas para sanar os déficits na estruturação em saúde do país.

Para tal, serão abordados aspectos relevantes ao conceito de cooperação internacional e como a relação entre os diferentes atores atuantes, a partir do Liberalismo, impacta positivamente ou negativamente em um determinado cenário, tendo em vista os objetivos em comum buscados pelas diferentes nações participantes. Além disso, o conceito de cooperação técnica internacional será considerado e analisado, para que se delineie de que maneira teve importância ímpar na compreensão dos eventos desencadeados durante a crise pós catástrofe no Haiti.

1.1 Problema de pesquisa

Ao longo de 9 anos, o Haiti enfrentou o agravamento, acarretado pela epidemia de cólera que assolou o país, de uma crise político-econômica, social e em saúde. Diversas Organizações Internacionais (OI's) efetivaram sua atuação no país, em uma

tentativa de controlar a proliferação da doença, assim como seu impacto. Nesse âmbito, como a ONU e a OMS atuaram em relação à crise e quais as consequências dessa atuação no Haiti no período entre 2010 e 2019?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar a atuação e o impacto das ações da ONU/OMS no Haiti nos âmbitos social, político-econômico e de saúde no Haiti, devido a Epidemia de Cólera, que perdurou no período de 2010-2019.

1.2.2 Objetivos específicos

- Entender a importância da cooperação internacional de forma a auxiliar na busca de soluções para crises em saúde;
- Contextualizar socioeconomicamente e politicamente o Haiti, identificando relações entre dificuldades experimentadas historicamente e os problemas atuais do país em saúde, principalmente, durante o período de duração da epidemia de cólera;
- Compreender a atuação da ONU/OMS no combate à epidemia de cólera haitiana que teve início em 2010.

1.3 Justificativa

A história do Haiti foi marcada pela sua independência no sucesso da revolta escrava. O país foi a segunda colônia da América a conquistar sua independência em 1804, o primeiro a abolir a escravidão e foi a primeira república negra do mundo. Em 2010 um terremoto atingiu a capital Porto Príncipe agravando mais a situação do país que já se encontrava vulnerável e com a situação de pobreza.

Com base nisso, o presente trabalho visa compreender de que maneira uma epidemia global afeta um país, de maneira economicamente, socialmente e em saúde. Além disso, visa ampliar o conhecimento acerca da situação haitiana e lançar uma nova perspectiva, sobre os efeitos que uma epidemia pode causar

socioeconomicamente e abranger a questão de segurança global frente a uma epidemia. Com isso, traz-se à tona a relevância da cooperação internacional como instrumento de prática internacional e como perspectiva teórica que pensa a evolução do sistema internacional, através da atuação dos diferentes atores, relevante dentro das discussões em Relações Internacionais. Ademais, a OMS tem tido um protagonismo pronunciado neste momento, devido à atual pandemia ocasionada pelo coronavírus. Dessa forma, a compressão dos objetivos, da importância e da forma de atuação dessa organização internacional é fundamental para entender o desenrolar de acontecimentos internacionais que exigem coordenação entre diferentes países e outros atores.

1.4 Metodologia

Esta pesquisa, de acordo com suas características, pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, pois foram descritos os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. A abordagem foi construída a partir de pesquisas bibliográficas, aonde não foram desenvolvidos princípios universais e sem intenção de solucionar problemas teórico-práticos. Assim, escolheu-se a análise qualitativa, pois não será levado em conta a representatividade numérica, mas sim a compreensão de um grupo social e de organizações. Portanto, esta pesquisa configura-se como um estudo de caso que pretende analisar a atuação da organização, a ONU/OMS, frente a um fenômeno específico, ou seja, a epidemia de cólera. E para subsidiar a análise se utilizou a perspectiva Liberalista das Relações Internacionais, teoria que traz consigo as diferentes nuances e importâncias da cooperação entre os diferentes atores, visando um objetivo em comum, mas também o progresso mundial, situações que definem a compreensão de Cooperação Internacional (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). O método utilizado para a conclusão será de caráter indutivo, pois foram observados fenômenos e fatos particulares (GRAY, 2009).

A construção do trabalho foi realizada com a divisão dos itens em capítulos e subcapítulos que abrangem em um primeiro momento os conceitos relevantes à compreensão da dinâmica da cooperação internacional, sendo realizada a análise dos conceitos de cooperação técnica internacional e de epidemia e crise. Posteriormente, construiu-se um capítulo que buscou situar a crise haitiana atual, retomando fatores

históricos, políticos e econômicos que propiciaram o cenário hodierno. Em um último momento analisou-se a atuação da ONU/OMS, visando estabelecer sua importância, bem como os impactos gerados a partir das ações implementadas. Ao longo do trabalho foram utilizadas diversas obras, com relevância singular, obtidas através de meios técnicos de pesquisa, realizadas através do Portal de Periódicos CAPES (Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), sites, artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais.

Contudo, enfatiza-se que os recursos bibliográficos mais utilizados no referencial teórico foram baseados nos livros *Cooperação Internacional* de Celso Amorim, *Teoria das relações internacionais* de Thales Castro e *Power and Interdependence* de Keohane e Nye. Para se estabelecer a discussão e análise acerca das situações envolvendo o Haiti foram utilizados, principalmente, documentos oficiais provenientes da ONU/OMS, documentos oficiais do governo haitiano, além de uma série de artigos e notícias que abordavam o contexto que foi analisado.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No presente capítulo foi construída uma análise acerca do conceito de Cooperação Internacional. Na sequência visualiza-se esse mesmo conceito a partir da visão proposta pelo Liberalismo. São ainda abordados os conceitos de Cooperação Técnica Internacional e da epidemia como fatores propiciadores de crises.

O inerente processo de globalização, vinculado ao avanço da industrialização, com sua expansão em larga escala, bem como o estabelecimento de um novo conceito de modernidade, fez com que os países passassem a se comportar como atores, presentes em um cenário de sociedade, cuja mútua cooperação visava o crescimento de ambas partes, ou seja, tanto dos países que praticavam as intervenções como aqueles aos quais elas se destinam. Tal prática, passou a ser institucionalizada pelas nações, não importando necessariamente seu potencial econômico (SATO, 2010).

Essas intervenções, conceituadas como cooperação internacional, em um primeiro momento visavam intervenções de cunho militar, voltadas aos direitos humanos, mas com a premissa econômica como principal fonte de interesse. Seus caracteres filosóficos têm sua base na antiguidade, desde os gregos, onde eram estudadas e analisadas como forma de impedir a guerra entre povos (AMORIM, 1994). Já hoje, a complexidade de suas interações torna-se um desafio constante de interpretação e análise.

Para compreender a cooperação internacional como processo dinâmico, precisa-se salientar que de acordo com Amorim (1994) um dos pressupostos mais básicos desse movimento encontra-se na percepção e respeito pela existência dos outros Estados, tendo em vista, assim, que os objetivos que necessitam ser alcançados devem ser traçados por eles. No entanto, esse processo não ocorreu de forma linear, nem tampouco pacífico. Os desastres militares, principalmente a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), permearam a mudança de percepção da necessidade de se transformar o que era visto como ideia, em ação. Essa ação, buscou, em um primeiro momento, frear a recessão econômica gerada no pós-guerra e permitir aos países com grande envolvimento no conflito uma nova perspectiva de crescimento.

De acordo com Amorim (1994, p. 152) “[...] um novo desenho viria presidir as relações internacionais e a ideia de cooperação ressurgiria, juntamente com a esperança de uma Paz mais duradoura”. Esse conceito de que a cooperação

internacional seria voltada, primordialmente para manutenção da paz e segurança não contemplava necessariamente a agenda de países subdesenvolvidos, cujas necessidades se diferenciavam, de maneira importante, daquelas dos países dominantes.

Esse panorama sofreria mudanças importantes a partir do período que compreendeu a Guerra Fria (1947-1991). Na época, as agendas internacionais destacam dois planos distintos. No primeiro foco, encontravam-se as questões de cunho econômico e segurança estratégica – denominada pelos analistas de *high politics*. Já questões empregadas para designar situações que contemplavam o comércio, educação, desenvolvimento e saúde, que não eram necessariamente o foco da preocupação das potências da época eram denominadas de *low politics* (SATO, 2010).

Com frequentes debates e novos panoramas, as antigas agendas políticas internacionais foram perdendo sua relevância e passaram a ser, paulatinamente, hierarquizadas de formas distintas. Assim, as expressões caíram em desuso de certa forma, vista a crescente importância dos aspectos citados previamente como *low politics*. Segundo Sato (2010, p. 47), “nesse ambiente, muitos dos “interesses nacionais”, tornaram-se fortemente associados a interesses de outras nações e à realidade internacional como um todo”.

No entanto, tais intervenções, frequentemente, não trazem consigo apenas conclusões esperadas. Seus objetivos, ainda que claros e concisos, muitas vezes não são atingidos sem que consequências negativas ocorram nesse processo. Ao passo que cooperar assume um papel ímpar na manutenção do conceito de desenvolvimento e segurança de países em crise, as intervenções que permeiam o processo necessitam ser revistas e ponderadas.

2.1 Cooperação Internacional vista a partir do Liberalismo

Compreender os aspectos que levam os seres humanos a cooperar é um processo que auxilia na visualização das formas de interação entre os diversos atores. Nesse contexto, Ayllón (2007), sugere que a cooperação possa ser compreendida como a atuação de diferentes partes com propósito semelhante.

Um dos primeiros autores a visualizar a possibilidade de coexistência pacífica entre diferentes nações, sem a necessidade de uma entidade superior de governo

único, foi Immanuel Kant (1724-1804), na sua obra *A Paz Perpétua* (1795). Assim, haveria uma tendência intrínseca de que os Estados iriam se aproximar por interesses comuns, notando na paz uma vantagem irrefutável em relação a vivência de uma guerra sem sentido (MACIEL, 2009). Nesse contexto, Norman Angell (1872-1967), em sua obra *A Grande Ilusão* (1909), sugeria que a política voltada para questões militares seria um atraso para o desenvolvimento de uma nação. Ele via que a época vivenciada, ou seja, os anos que precederam a Primeira Guerra Mundial determinavam uma interdependência econômica sem precedentes e uma guerra, nesse cenário, seria prejudicial economicamente, tanto para perdedores quanto vencedores do conflito (ANGELL, 2002 apud MACIEL, 2009).

Como consequência do gradual processo de adequação dos países em relação às novas realidades que eram propostas, via-se que cooperar significava crescer. Não crescimento apenas em termos econômicos ou políticos, mas crescimento como uma forma de se manter relevante em um cenário político mundial em constante mudança que ocorreu no século XX, no fim da Segunda Guerra Mundial e o pós-Guerra Fria. Relevância essa que permeia a percepção internacional a respeito de uma nação, suas atitudes políticas e suas escolhas. Em um mundo globalizado, cooperar é necessário, mas também é uma maneira de demonstração de preocupação com seus semelhantes, como ferramenta de atuação em diversos pontos do globo, sendo essencial para o sucesso na obtenção dos interesses de um ator (SATO, 2010).

A cooperação, após o fim da Guerra Fria, continuou sendo norteadora do Liberalismo como teoria e prática de Relações Internacionais. O Liberalismo conceitua o lugar do indivíduo dentro da sociedade, sobre a natureza do Estado e sobre a autenticidade das instituições de governo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Um exemplo claro da vertente liberal frente às instituições internacionais, foi a criação da Liga das Nações, no pós Primeira Guerra Mundial, que deixa evidente a importância das instituições para os liberais, sendo elas o principal vetor pelo qual a cooperação é feita (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Segundo Castro (2012), a ideia do progresso estrutural e a percepção da natureza humana, diferente do realismo clássico, demonstram paradigmas fundamentais para a ordem dos Estados. Através da escola liberal, o sociologismo republicano dá seu foco às instituições internas dos países e aos temas mais frágeis como o de paz e de cooperação internacional, levando em conta os princípios fundamentais dos povos.

De acordo com Nogueira e Messari (2005), o foco principal do Liberalismo é com a liberdade do indivíduo, considerando que os seres humanos são capazes de decidir seu futuro de forma autônoma, sem depender de seres divinos, juntamente com a igreja e seus representantes, nem mesmo dependerem de algum representante, para decidirem sobre a maneira como cada indivíduo vive. Ainda conforme Nogueira e Messari (2005), um dos percalços mais relevantes politicamente, é a construção de uma sociedade pautada no direito dos indivíduos por condições melhores para exercerem sua liberdade. Como se pode ver, o indivíduo é o foco principal nesta escola de pensamento, para quem deve-se proteger e fomentar a autonomia para que a sociedade se desenvolva.

Assim, o Liberalismo acaba por ser caracterizado pelo importante papel que o Estado assume em relação a dinâmica das relações dos diferentes atores (países), além da permeabilidade da ação de Organizações Internacionais e empresas de atuação multinacional. Nesse grande quadro, os interesses de cada um dos atores são únicos e dependem, invariavelmente, das circunstâncias e características dos objetivos criados a partir da interação conjunta entre as partes. A dinâmica das relações ocorre através de conceitos baseados na cooperação mútua ou no conflito entre as partes, sendo a base de atuação dos atores fortemente ligada à caracteres econômicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com Nogueira e Messari (2005), há a premissa de que sociedades estruturadas inclinam-se a uma tendência de regulação e correção frente a possíveis desequilíbrios em sua matriz estrutural. Nesse contexto, instituições e processos relacionados a sua organização, as ineficiências e as mudanças de balanço que precedam crises são utilizadas como ferramentas para a correção de tais desequilíbrios.

O Liberalismo proposto por Kant, que baseava-se na premissa de que as relações entre repúblicas seriam pacíficas, devido ao distanciamento entre os interesses pessoais do governante e as tendências do uso militar para expansão territorial, como nos modelos feudais de Estado, não preenche de forma completa a complexidade das relações entre os Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A proposta de união e paz seria alcançada através da federação, ou seja, da união de diferentes Estados, que não teriam como base para suas ações um pacto ou um tratado de paz e sim uma mútua compreensão de não-agressão, tendendo a formação

de uma comunidade de segurança internacional, pautada na preservação da soberania dos Estados (SARFATI, 2005).

Contudo, hodiernamente, não apenas crises militares provocam tais desequilíbrios. Crises humanitárias podem, através do desbalanço da atuação política e do impacto econômico negativo, gerar disparidade nas relações entre Estados.

Conforme Sarfati (2005), para os liberais as guerras não seriam impedidas entre os Estados que adotam políticas liberais de governo e governos não-liberais, visto que se espera que haja uma percepção por parte dos primeiros de que governos não-liberais constituam-se como ilegítimos, por seu modo de atuação em relação à população, vinculado essencialmente ao desrespeito à democracia e violência. Além disso, cabe ressaltar que haveria um contexto de desconfiança caso existisse uma relação harmoniosa entre ambas partes. Assim, os Estados com governos não-liberais constituem uma ameaça a sua contraparte.

Para os liberais, compreender a dinâmica de relação entre as diferentes nações tendo em vista apenas o aspecto de poder, ou seja, capacidade militar, se distancia da real complexidade dos fatores que envolvem tais relações e determinam a interdependência entre as partes. Hodiernamente, conforme Keohane e Nye (2012), os recursos que produzem e determinam os diferentes graus de poder entre os Estados se tornou mais complexo. Assim, o significado de poder converge para o entendimento de que esse passa a ser uma ferramenta utilizada para que um autor determine uma ação em outro, que não era esperada (KEOHANE; NYE, 2012). Dessa forma, as relações complexas tendem a ocorrer através da cooperação entre diferentes atores.

Para Keohane (2005), a cooperação entre duas partes distintas é diferente de harmonia. Em tal contexto, harmonia corresponderia a uma situação na qual os atores e suas respectivas políticas divergem, e os interesses individuais são levados em consideração. Isso pode ser exemplificado através do balanço do mercado econômico, onde o equilíbrio de mercado é atingido através do balanço comercial entre oferta e procura, ou seja, uma espécie de mão invisível atua, corroborando para que a união de interesses coletivos auxilie no alcance do interesse individual de cada um dos atores em questão (SARFATI, 2005). Já a cooperação se caracteriza por uma relação mais complexa, na qual os interesses de uma das partes, um governo por exemplo, é visto como um caminho para que um segundo governo atinja seus próprios

objetivos, sendo isso a consequência da coordenação das ações, sejam elas políticas, econômicas ou militares.

Assim, nos anos 1990, as conferências da Organização das Nações Unidas passaram a propor mudanças nos modos de atuação quanto a ajuda aos países em desenvolvimento (MACIEL, 2009). Com isso, níveis mais satisfatórios de desenvolvimento político, econômico e social seriam atingidos. A partir dos anos 2000, essas intervenções se intensificaram, com a proposta de diferentes campanhas de auxílio em países assolados pela guerra civil, catástrofes naturais, surtos epidêmicos, entre outros. Tal movimento, antes desorganizado e proveniente de diferentes fontes e atores, passava a ser coordenado pela ONU, com vistas a manter os aspectos de cooperação dentro de um limiar plausível (AYLLÓN, 2007).

Para Maciel (2009), a criação da ONU, e de suas diversas agências especializadas em incentivar a cooperação multilateral, é um modo de exemplificar a relevância que a cooperação técnica internacional como ferramenta tanto de desenvolvimento mútuo como de relacionamento possui no ambiente internacional atual. No entanto, esse processo ocorre de forma complexa e, cada vez mais, é possível perceber que para explicar e teorizar acerca dessa situação, há uma necessidade constante de revisão das teorias clássicas, bem como criação de novos paradigmas e conceitos.

Através da análise dos argumentos desenvolvidos por Keohane e Nye (2012), percebe-se que, considerando as ideias difundidas por Kant, ambos autores apontam para a existência uma crescente e constante interdependência entre os Estados, nesse caso, com vistas a manutenção e obtenção da paz, através da cooperação. Contudo, a interdependência e as situações aqui citadas não excluem que ainda existam competições entre as potências e assimetrias político-sociais entre as diferentes nações.

Ao passo que novas proposições são feitas por ambos, críticas acabam por ser construídas em relação aos fundamentos de alguns liberais, cujo pensamento simplista permitiria a percepção de que o mundo pudesse ser, em algum momento, cedo ou tarde, considerado uma comunidade única, ainda que a soberania de diferentes nações fosse preservada (MACIEL, 2009). Essa visão era criticada por Keohane e Nye (2012), pois excluía da análise o fato de que as forças e poderes são distribuídos, ainda que numa “aldeia global”, de forma desigual. Assim, os autores (2012) criaram diferentes formas de avaliar e quantificar o poderio de uma nação. Para

eles, através dos conceitos de sensibilidade (exposição a fatores externos, com conseqüente abalo da sua estabilidade) e vulnerabilidade (capacidade de resposta a esses fatores externos), as diferentes nações poderiam ser avaliadas, e seu poder quantificado.

Nessa sociedade, os diferentes movimentos sociais e econômicos passam a possuir uma importância única e determinam que apenas o poder militar não é uma alternativa passível para uma convivência harmoniosa no cenário atual. É necessário compreender que a globalização fez com que as fronteiras fossem reduzidas a seu aspecto territorial, devido a interdependência econômica, social e política, de um país em relação a outro (MACIEL, 2009).

Contudo, é necessário avaliar que além do pilar central do discurso liberal, de que a paz é o fim almejado pelos diferentes atores, há um aspecto de mudança nos padrões de forma de governo nas últimas três ou quatro décadas. Com isso, segundo Maciel (2009), a cooperação pode ser entendida apenas através da criteriosa análise do sistema internacional, de suas relações e, principalmente, da complexidade de todo o processo. Esse processo determina a reformulação dos modelos de governo e do pensamento governamentalista de cada nação. Dessa forma, entende-se que muito além do objetivo altruísta de busca pela paz, proposto durante o período da Guerra Fria e nos primeiros anos posteriores ao seu término, a manutenção do sistema de interdependência internacional se torna o ponto principal em questão.

A ajuda ao desenvolvimento é como uma cebola, construída em camadas, e quando a abrimos, nos faz chorar. O núcleo denso da ajuda se concentra nas camadas mais internas do geopolítico, da política econômica global, e nesse nível interior a evolução da ajuda ao desenvolvimento deve ser interpretada à luz (ou escuridão) das mudanças geopolíticas do mundo, e no avanço da globalização do mercado. As camadas mais externas da cebola – sua parte mais visível – é formada pelos problemas técnicos e sociais, a ideologia – como resumo e imagem externa – o envoltório da propaganda. Nesse nível superficial mais apreciado são feitas as mudanças no discurso da cooperação nos últimos anos (GONZÁLEZ, 2001 apud AYLLÓN, 2007, p. 37, tradução nossa).

A partir de tal citação, podemos inferir que ainda que ocorram mudanças no paradigma atual da cooperação internacional, o centro de tal discussão encontra-se distante daquilo que nos é proposto. As intrincadas relações que constituem e determinam as reais intenções dos atores políticos e sociais se localizam em um âmbito distante daquele percebido por nós.

Dessa forma, através de todas as mudanças e meios adotados para se obter a cristalização da estrutura dos Estados, o objetivo comum é único e direto: a busca pelo equilíbrio (MACIEL, 2009). Equilíbrio que uma vez alcançado permitiria às diferentes nações o crescimento e desenvolvimento, bem como a manutenção do ritmo de crescimento através do auxílio mútuo. Hodiernamente, nota-se esse processo nas constantes missões de paz propostas, além das intervenções em cunho social, político, de saúde, de meio ambiente, entre outros. Apesar do engessamento dos conceitos trazidos pelo Liberalismo, e sua constante vertente que direcionada a cooperação internacional como ferramenta de busca de paz, suas premissas se tornam ferramenta importante para orientar a compreensão da construção do processo de cooperação mútua e das consequências de seu estabelecimento.

2.2 Cooperação Técnica Internacional

Caracterizada como a transferência e provisão de *know-how* na forma de fornecimento de pessoal, treinamento, pesquisa e recursos monetários, a cooperação técnica internacional surge como uma atividade que visa aumentar o nível de conhecimento, habilidades e produtividade de um determinado país. Geralmente direcionada a países em desenvolvimento, ela pode ser fornecida tanto por entidades governamentais quanto por entidades privadas e não-governamentais (TEW, 2013).

Sua principal premissa é a de ser um instrumento de política externa e, também, ser fonte de desenvolvimento socioeconômico de um país ou de vários envolvidos em uma ação que abranja um mesmo objetivo, beneficiando ambas partes se possível. Assim, a cooperação técnica internacional destingue-se, em sua acepção mais benéfica, como fonte de desenvolvimento de infraestrutura humana, geração de conhecimento tanto para o ator prestador quanto para o ator local, que receberá a ação. Além disso, o ato de cooperar necessita ter pôr fim a anulação de custos para o ator que recebe o auxílio. Tal situação, no contexto de crises, sejam elas políticas, sociais ou em saúde, caracteriza-se como primordial. Dessa forma, não há a drenagem de recursos de uma nação que já apresenta determinado comprometimento (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011).

2.3 Epidemia como fonte de crise

As epidemias estão presentes no histórico da humanidade, representando um importante aspecto de relevância quanto à dinâmica social e os caracteres de interação entre nações. Segundo Barata (1987), distinguem-se em sua manifestação coletiva e individual. Coletiva ao passo que, como fenômeno, atinge grupos de indivíduos e provoca alterações na dinâmica de vida dessas pessoas. Já é individual na unidade de tempo e espaço em que ocorre. Podem ser interpretadas de diferentes maneiras, com proposição de diversas abordagens para sua contenção. Porém, tais perspectivas são definidas pelo conhecimento acerca do fenômeno e, também, pelas intervenções e atuação do Estado em cada distinto período.

No entanto, a epidemia por si só não pode ser tomada como causa de sofrimento ou miasmas¹. Sua essência não está contida necessariamente na doença ou nas formas de contágio, mas sim em suas características mais individuais, que são pressupostas por um conjunto de circunstâncias preexistentes em determinado local, em um certo período. Conforme Barata (1987), a doença sempre se repetirá, porém, a epidemia é única e trará, da mesma forma, consequências únicas para o lugar em que ocorreu. Assim, a especificidade da epidemia reside no contexto de sua ocorrência e não na doença em questão.

Segundo Virchow, médico e político alemão, ao estudar a epidemia de tifo na Silésia, era possível inferir que as causas da doença eram sociais, políticas e econômicas, muito além da premissa de que seriam causadas por fatores físicos e biológicos. Assim, se a doença demonstra situações e condições desfavoráveis aos indivíduos, a epidemia surge como um indicativo de distúrbios em larga escala da vida de massa (VIRCHOW, 1848 citado por BARATA, 1987). Virchow, através de suas análises, definia a existência de duas formas de epidemia: as naturais, que ocorreriam por mudanças espontâneas nas condições de vida e as artificiais, entendidas como àquelas acarretadas pela falsa cultura, ou seja, quando a cultura não é acessível a todas as classes (BARATA, 1987).

Conforme Snow (1967 apud BARATA, 1987, p.13), estudioso das epidemias de cólera em Londres,

¹ Miasmas: emanção a que se atribuía, antes das descobertas da microbiologia, a contaminação das doenças infecciosas e epidêmicas.

[...] nada favorece mais a propagação da cólera que ausência de asseio pessoal, seja proveniente de hábito ou da escassez de água [...] a menos que tais pessoas (as que cuidam dos doentes) sejam extremamente limpas em seus hábitos e lavem as mãos antes de comer, é inevitável que acidentalmente engulam um pouco de excreção e depositem alguma no alimento em que tocam ou preparam, alimento esse que é comido pelo resto da família, a qual, em se tratando da classe trabalhadora, frequentemente é obrigada a fazer as refeições no quarto do doente.

Dessa forma, a partir da fala citada de Snow, sugere-se que uma vez que os cuidados mínimos não sejam tomados, haverá propagação da doença. Ainda que indiretamente, é possível inferir que em cenários de crise, tanto de saúde quanto social, intervenções, sejam elas prestadas diretamente por nações estrangeiras ou por missões de cooperação internacional propostas pela ONU, necessitamos manter em foco que os mecanismos pelos quais o auxílio é ofertado não indicam que ocorrerá o resultado esperado, ou seja, o controle de determinada moléstia.

Intervenções sanitárias e em saúde caracterizam-se, nesse âmbito, como engrenagens que podem ocasionar o distinto funcionamento de um mesmo sistema. Uma vez alinhadas e reguladas, permitem que o sistema direcione seus esforços à resolução do problema proposto. No entanto, se não houver ajuste fino de suas funcionalidades e sua adequação às necessidades únicas de cada cenário epidêmico, seu impacto permeia caminhos negativos e traz consigo situações que atrasam e deterioram a presença de uma missão sanitária em uma nação (BARATA, 1987).

3 CRISE HAITIANA NOS ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS-SOCIAIS

Este capítulo busca descrever os diversos aspectos que cercam a crise haitiana e os fatores inerentes envolvidos no seu desencadeamento, tendo em vista o panorama geral desse país, bem como a situação político-econômica nesse período. Em um primeiro momento foi construída a caracterização do panorama geral do Haiti e posteriormente serão contextualizados os aspectos políticos, econômicos e sociais para que se possa traçar um paralelo entre os fatores predisponentes para a ocorrência de uma crise humanitária em saúde e seus impactos.

Ao longo de cada subcapítulo serão retomadas questões históricas chave que determinaram o curso histórico haitiano, que impacta diretamente nos aspectos aqui abordados. Sabe-se que por possuir em sua trajetória o contexto de colonização, diversos fatores contribuíram para a presença da instabilidade econômica, crises políticas e governos autoritários, aspectos abordados individualmente no decorrer do capítulo.

3.1 Contextualização Histórica

A origem histórica do atual Estado haitiano é datada do século 15, tendo seu início no período das grandes navegações. Em 1492, Cristóvão Colombo fez sua primeira incursão à ilha de Hispaniola, território hoje ocupado pelo Haiti e República Dominicana. Sob o domínio Espanhol, a Ilha passou a ser denominada Santo Domingo, sendo o primeiro posto de referência espanhol no “Novo Mundo”. Apesar das expectativas espanholas de obtenção de minérios terem se demonstrados frustras já nas primeiras expedições, Santo Domingo manteve seu posto como território ímpar na manutenção da administração colonialista espanhola nos primeiros anos pós-colonização (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

Contudo, aproximadamente 50 anos após a chegada das embarcações e de mudanças na administração do território, Santo Domingo perdeu sua posição de destaque como colônia no Novo Mundo, principalmente devido à ausência de recursos minerais e também pela recente conquista do território correspondente ao México, pelo exército espanhol, o que determinou um novo paradigma para a administração colonial na América. Santo Domingo, nesse período, passou a ser fonte apenas de

exploração agrícola, porém, com sucesso muito inferior ao obtido posteriormente sob domínio francês (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

Ao longo do século XVI e XVII, devido a perda de importância, a porção leste da ilha foi gradualmente sendo ocupada por piratas de nacionalidade francesa, além de mercadores que gradualmente imigravam para lá. Durante duas décadas a Ilha de Tortuga foi o principal ponto de desenvolvimento da ocupação francesa na costa do Haiti, sendo mantida como importante base para navegação de embarcações piratas. Em 1659 houve o registro da primeira cidade permanente estabelecido no território. Durante esses anos, a porção oeste de Santo Domingo passou a ser comumente referida como Saint-Domingue, em referência à presença francesa. Finalmente em 1697, a partir da assinatura do Tratado de Ryswick (que determinou o fim da Guerra dos Novo Anos entre Inglaterra e França), a Espanha cede a parte ocidental da ilha à França, território que corresponde atualmente ao Haiti. Sob domínio francês, a colônia de Saint-Domingue foi importante fonte de exploração agrícola e tornou-se uma das mais lucrativas colônias europeias na América, sendo referenciada como a “pérola do Caribe” (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

Conforme METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION (2001), um aspecto importante do desenvolvimento histórico do Haiti reside nas diversas revoluções de escravos que ocorreram ao longo do período colonial. Os conflitos entre líderes escravos e os colonizadores eram frequentes e determinavam um número crescente de mortes. No ano de 1789 com a instabilidade gerada pela Revolução Francesa na Europa, houve o início de uma fase de agitação política e social nas colônias. Nesse contexto, as revoltas tornavam-se cada vez mais frequentes. Contudo, a revolução que se destaca ocorreu no ano de 1791, que acarretou a morte de aproximadamente 10.000 negros e 2.000 brancos, com registro de mais de 1.000 plantações saqueadas e destruídas. Apesar de não ter sido bem sucedida, sabe-se que a revolução desencadeou eventos que culminaram na abolição da escravidão em 1793 e na declaração de independência em 1804. Em 1802, após repetidos relatos de destruição ao longo do território, Napoleão Bonaparte, imperador francês, designou uma força militar com objetivo de reestabelecer a paz no país.

No entanto, apesar de a expedição militar ter sido bem sucedida em um primeiro momento, os focos de revolta tornavam-se mais frequentes e ganhavam força. No ano de 1804 a independência foi declarada por Jean-Jacques Dessalines.

O país que surgia após o conflito denominava-se Haiti. Dessalines proclamou-se o primeiro imperador haitiano, mas durante pouco tempo exerceu seu comando, visto que em 1806 foi assassinado. A partir desse evento, o Haiti dividiu-se em uma monarquia ao norte e república ao sul (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

No ano de 1818, Jean Pierre Boyer, líder da República do Haiti, unificou região norte e sul. Com o processo de estabilização política do país, em 1825, a França reconhece oficialmente a independência haitiana. Em 1843, com a derrocada de Boyer, um período de instabilidade se estabeleceu. Vinte e dois líderes ocuparam o poder no período correspondente a 1843 – 1915. Os governos eram trocados de maneira veloz e o desenvolvimento social e econômico do país passou por um intenso período de desaceleração. Após 1915, buscando proteger os interesses econômicos de bancos e indústrias estadunidenses, que se estabeleceram na ilha de Navassa² para exploração do guano³, os Estados Unidos realizou uma invasão militar sob o pretexto de garantir a segurança e a autonomia econômica da exploração financeira do país. A ocupação americana perdurou até 1934, sendo que o período posterior a desocupação do país foi marcado por nova instabilidade política. Entre 1934 – 1957 diversos líderes ocuparam o comando da nação. Já em 1957 François Duvalier foi eleito presidente, dando início a uma ditadura marcada pela violência e grande repressão popular. Apesar da sua morte em 1971, seu filho Jean-Claude Duvalier deu continuidade à ditadura, que foi encerrada após um levante popular em 1986 (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

Assim, pode-se inferir que o histórico da era colonial e pós-colonial do Haiti, marcado pela constante instabilidade política, foi fator determinante que contribuiu para os aspectos sociais deficitários abordados nas seções seguintes. Cabe ressaltar que o período histórico posterior à década de 80 será abordado nos itens subsequentes. O mapa territorial do Haiti, está ilustrado na Figura 1.

² Ilha do mar do caribe, atualmente desabitada, sendo um território não incorporado dos Estados Unidos da América, que foi utilizado no período em que houve a presença americana no território haitiano. No entanto, a posse dessa ilha é reclamada pelo governo do Haiti, em referência a posse histórica do território (METZ; LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION, 2001).

³ Substrato natural de origem animal, proveniente principalmente das fezes de aves e morcegos, utilizado como fertilizante por ter alta concentração de nitrogênio, caracterizando-se como excelente adubo.

Figura 1 - Mapa Territorial do Haiti



Fonte: *Mapas da América*

3.2 Panorama Geral

O Haiti possui de maneira característica uma história marcada por governos autoritários e ditatoriais. A constante presença da corrupção e do subdesenvolvimento social fez com que, apesar dos esforços de nações estrangeiras e da própria ONU, a situação político-social do país atingisse um platô de desenvolvimento. Tal processo culminou com a queda do ditador Duvalier no ano de 1986. Após esse fato, um lento processo de mudança se estabeleceu. No entanto, apesar da reorganização dos poderes governamentais, o que o país vivencia no momento demonstra a fragilidade de tais instituições e a superficialidade das mudanças que ocorreram (MORALES, 2019).

Nesse contexto, tanto a pobreza quanto a disparidade social permanecem marcantes e importantes marcos do desenvolvimento social lento e parcial. Além do contexto político, a ocorrência do terremoto⁴ em 2010 e do furacão Matthew⁵ em 2016

⁴ Terremoto com magnitude 7, ocorreu em 12 de janeiro de 2010, com epicentro próximo a capital Porto Príncipe. Estima-se aproximadamente 200 mil a 300 mil óbitos, 300 mil feridos, 4 mil amputados e 1 milhão de desabrigados (G1, 2010).

⁵ Furacão que atingiu a cidade haitiana de Anglais, no sul do país, no dia 4 de outubro de 2016, com uma velocidade de 230km/h, sendo situado na categoria 4 na escala Saffir-Simpson, que vai até a escala 5 (G1, 2016). Morreram 877 pessoas no Haiti, segundo autoridades locais, mas fontes oficiais divulgadas pela Defesa Civil relatam 271 óbitos (G1, 2016). Cerca de 30 mil pessoas ficaram em abrigos provisórios e 10 mil sem abrigo. Mais de 28 mil casas foram afetadas pelo furacão (AYUSO, 2016).

trouxe importante instabilidade ao país. A destruição dos suprimentos alimentares, o caos social e a ocorrência de uma epidemia de cólera fizeram o país sofrer progressivos períodos de recessão (MORALES, 2019).

Frente ao que ocorria, diversos países optaram por diferentes formas de atuação, fossem elas militares, políticas ou de oferta de suprimentos no momento de crise. Contudo, a atuação mais proeminente no país ocorreu por parte dos Estados Unidos e das Nações Unidas. (KIRSCH; GUHA-SAPIR; SAUER, 2012).

Durante a atuação das Nações Unidas através da Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que durou entre os anos de 2004 e 2017, houve auxílio na manutenção da ordem e recursos ao país, no entanto, foi criticada pelos relatos de abuso sexual por parte de seus membros e pela alegação de ter levado cólera ao país (MORALES, 2019). Nessa situação, as Nações Unidas propuseram um plano de auxílio de 400 milhões de dólares para combater a epidemia de cólera e oferecer suporte às vítimas. Porém, tal plano nunca foi totalmente implementado e o projeto orçamentário não foi cumprido (MORALES, 2019; SEMPLE, 2019).

Após um grande período de tensão política, apesar da imunidade política das Nações Unidas, ela admitiu sua responsabilidade pelos fatos previamente citados. Para reorganizar o quadro político-social, uma nova força tarefa foi proposta – Missão de Suporte à Justiça no Haiti (MINUJUSTH) – com objetivo de manter a ordem, desenvolver a Polícia Nacional Haitiana e garantir a manutenção da paz e segurança (MORALES, 2019).

Em outubro de 2019, uma nova missão política – Escritório das Nações Unidas no Haiti (BINUH) - foi estabelecida para auxiliar na manutenção da ordem e manter o controle da crise social durante o período eleitoral que se aproximava naquele ano. Essa missão substituiu a MINUJUSTH (MORALES, 2019).

3.3 Fatores Econômicos

Como visto, o Haiti é um país que foi colonizado pela França, no período correspondente ao imperialismo francês. Chamada de Saint-Domingue, a colônia francesa era considerada uma das mais produtivas da América no período que compreende o século XVIII. Sua produção econômica baseava-se em produtos primários, com especial destaque para o açúcar, que na época competia em termos de exportação com o açúcar produzido em terras brasileiras (GORENDER, 2004).

Durante o passar dos séculos seguintes não houve uma preocupação quanto à diversificação econômica do país ou o aumento das culturas cultivadas. No século XX, houve um pequeno período de estabilidade econômica baseado na extração e comercialização de pequenas fontes de petróleo presentes no país. Mas, apesar do investimento em exploração e mineração, esse nicho econômico não tornou-se estável suficiente para manter a economia do país em crescimento (MORALES, 2019).

Marcado por constantes desastres naturais e a instabilidade política, principalmente no que tange o investimento de recursos no próprio país, o Haiti hoje ocupa a posição de país mais pobre no hemisfério oeste. Sua renda per capita corresponde a um terço da renda per capita da favela da Rocinha no Rio de Janeiro. (CIA, 2019).

Hodiernamente, aproximadamente 60% da população haitiana permanece abaixo da linha da pobreza de 2,41 dólares por dia. 24% da população situa-se abaixo da linha de extrema pobreza de 1,23 dólares por dia. Os dados apresentados relacionam-se intimamente com os últimos dois desastres naturais de impacto devastador: o terremoto em 2010 e o furacão Matthew em 2016 (MORALES, 2019).

No que tange ao terremoto e seus impactos, estima-se que o dano causado na economia varie entre 8 e 14 bilhões de dólares. E, posteriormente, o furacão Matthew acarretou impacto negativo de aproximadamente 32% do produto interno bruto haitiano. O setor de produção, baseado preponderantemente na agricultura e pesca sofreu perda de aproximadamente 600 milhões de dólares (MORALES, 2019).

Seguido pela constante recessão econômica, ambos desastres determinaram a destruição e perda de grande parte dos suprimentos de comida e água potável existentes no país. E a situação do país, que possui 96% de sua população exposta a desastres naturais e está sujeito a frequentes mudanças climáticas, agrava o quadro econômico e social, tornando cada vez mais complexa a recuperação (MORALES, 2019; CIA, 2019).

Nesse cenário, a reorganização econômica e estruturação de estratégias de abordagem financeira e em gestão de recursos são de fundamental importância para que se estabeleça um gradual processo de crescimento e restituição do equilíbrio econômico e de desenvolvimento social. Porém, para tal, diversos desafios inerentes às características sociais do país necessitam ser contornados e solucionados.

O principal fator a ser superado é o baixo retorno financeiro por parte tanto da população quanto da indústria interna. Poucos cidadãos e empresas pagam impostos,

ao passo que o estado também oferece serviços limitados à população. Grande parte dos recursos financeiros captados baseiam-se nos habitantes que hoje vivem em outros países. Estima-se, segundo dados do Banco Mundial, que aproximadamente 3 bilhões de dólares foram captados em 2018, o que constitui 31% do produto interno bruto haitiano (MORALES, 2019).

Além das dificuldades expostas, a corrupção é outro fator que essencialmente tem trazido atraso quanto ao desenvolvimento e impacta negativamente na captação e destinação de recursos. Investigações realizadas pelo Senado Haitiano demonstram que aproximadamente 2 bilhões de dólares foram desviados entre os anos de 2008 e 2016, sendo que grande parte desses recursos eram provenientes das forças de apoio ao desastre de 2010, bem como investimentos das Nações Unidas na reconstrução do país (MORALES, 2019).

Em maio de 2019, uma investigação realizada pela Corte Superior de Auditores acusou o presidente Moise de desviar recursos que foram destinados a reestruturação do país, tanto de prédios públicos quanto infraestrutura geral para organização de saneamento básico e provento de bens básicos à população. Tais acusações agudizaram o momento de instabilidade política e trouxeram novo período de recessão marcante ao país (CIA, 2019; COTO, 2019).

Frente a crise, o presidente Moise anunciou políticas e medidas emergenciais visando combater a corrupção e reestabelecer a qualidade do planejamento monetário público. Porém, é notável que a instável estrutura política do Haiti impacta negativamente em seu crescimento e não permitirá uma recuperação considerável dos aspectos econômicos até que sua reestruturação seja feita. Contudo, a situação econômica atual será permeada em grande parte pelo embate entre população e governo. A crise, antes político-econômica, torna-se, paulatinamente, uma crise de segurança pública, marcada pela insatisfação populacional em relação ao modelo de governo (EVANSKY, 2019).

A insatisfação pública com o caminho econômico percorrido pelo país foi demonstrada através de atos de protesto, muitos deles violentos. Com isso, a soma de fatores contribui para uma inflação instável, com aumento descontrolado, estimada em 17%, o que corresponde a uma das maiores inflações da região onde o Haiti se situa. Além disso, os protestos e embates entre governo e população desestimulam o investimento externo no país e determinam a estagnação em termos de diversificação

econômica, o que seria uma ferramenta útil na construção de um novo paradigma de desenvolvimento (MORALES, 2019).

Assim, demonstra-se que a crise econômica está relacionada a vários aspectos: sociais, naturais, políticos e de segurança pública. Porém, a análise do contexto geral permite inferir que a história do país se repete ao longo dos anos, principalmente pela incapacidade da máquina pública em propor soluções a médio e curto prazo para as frequentes crises enfrentadas pelo país.

3.4 Cenário Político

Durante o período de 2011 a 2016 o Haiti foi governado por Michel Martelly, eleito em 2010 em segundo turno. Seu desafio à época constituía a reconstrução de um país devastado por um terremoto. Seu planejamento, aguardado com ansiedade pela população, criou expectativas de uma ascensão gradual e lenta, porém, promissora do país (ROBLES, 2016).

No entanto, o governo de Michel Martelly tornou-se uma sequência marcante de escândalos e propostas políticas com focos controversos. Seu plano primário era o reestabelecimento da força militar no país, buscando obter o controle do caos político-social que havia se instaurado no Haiti. Contudo, tal abordagem foi fortemente criticada visto a situação de precariedade experimentada pelos cidadãos do país (MORALES, 2019; ROBLES, 2016).

Seus cinco anos de mandato foram marcados por medidas inconsistentes de intervenção no país, atuação política inexpressiva e interações internacionais limitadas. Os protestos contra seu governo tornaram-se frequentes. A população demonstrava seu desânimo e não aceitação a tudo que havia sido proposto. A expectativa de reconstrução do país era abandonada e um tom de conformidade se estabelecia. A falha de seu governo determinou sua saída precoce, antes do fim de seu mandato, em 2016. Durante esse período o Haiti permaneceu uma semana sem qualquer governante, sendo posteriormente chefiado por Jocelerme Privert até as novas eleições, na qual Jovenel Moise foi eleito (EVANSKY, 2019).

No contexto de sua eleição, Moise teria como desafios propor a recuperação econômica e social, após os desastres naturais de 2010 e 2016, combater a epidemia de cólera, crescimento econômico estacionário e a desordem política marcada pela polarização das esferas governamentais. Em resumo, a partir de sua eleição ele herda

um país politicamente instável e uma população que carrega consigo uma grande expectativa de crescimento e de cessação da corrupção, mas que enfrenta uma alta taxa de desemprego e inflação (ROBLES, 2016).

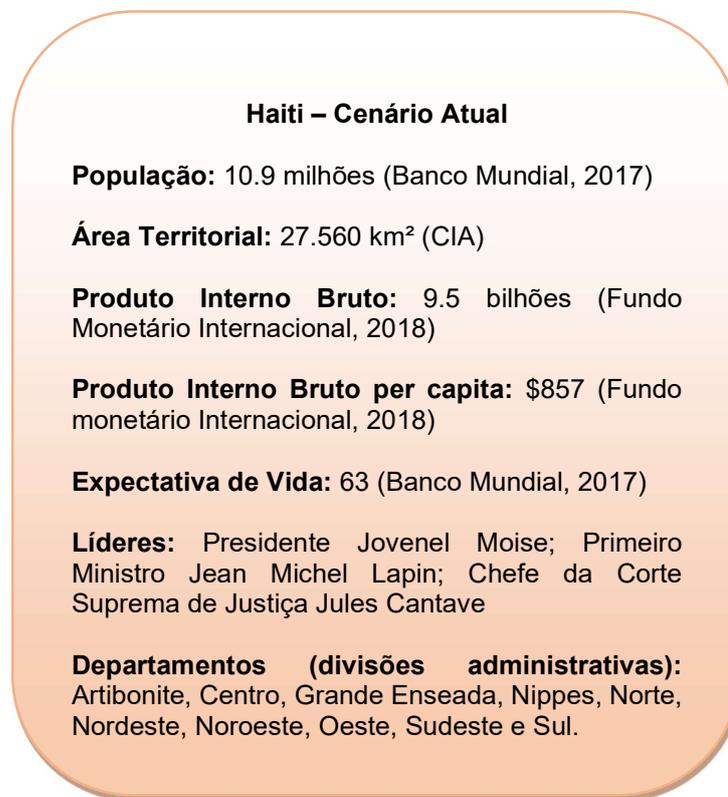
Ainda no contexto de sua eleição, Moise enfrenta um mandato de pouca força política, pois no período eleitoral apenas uma pequena parcela de haitianos votou. Além desse fato, Moise chegou ao poder concomitantemente com uma investigação que aponta a existência de lavagem de dinheiro e empréstimos irregulares durante o período eleitoral, negados pelo atual presidente. Em maio de 2019, novas acusações foram firmadas, após documentos suscitarem uma possível associação entre uma empresa e o presidente. Conforme apurado pela Corte Superior de Auditores e Disputas Administrativas, Moise seria o dono de uma empresa contratada através de acordos oficiais para implementar obras de reconstrução urbana no Haiti. Porém, tais obras nunca foram finalizadas. Tanto a empresa quanto o próprio presidente negam as acusações. Mas em um país de instabilidade social constante e que possui alto nível de descrença em seus governantes, as afirmações foram ponto inicial de uma nova onda de protestos, que exigem a saída de Moise do cargo presidencial (MORALES, 2019).

O planejamento político-econômico de Moise foi aprovado pelo poder legislativo e visava a reestruturação do setor de agricultura no país, para estabelecer bons níveis de exportação e recuperação econômica, a criação de um serviço de saúde nacional, reparo da infraestrutura, tanto governamental quanto pública e o investimento em fontes alternativas de energia. Em 2017, o plano prosseguiu sua implementação e o governo suspendeu o subsídio para o programa de combustíveis, o que acarretou um aumento de 20% no preço dos derivados de petróleo, mas possibilitou o investimento dos valores em fundos específicos de reconstrução. Outra medida proposta e aprovada pelo legislativo foi o aumento de impostos (MORALES, 2019).

Todavia, ambas propostas foram recebidas através de protestos violentos, que deixavam clara a não aceitação do rumo político que o país havia tomado. Os protestos tinham como objetivo reivindicar o investimento monetário em saúde e educação, diminuindo a parcela destinada à reestruturação militar do país. Quando o governo propôs novo aumento dos preços dos combustíveis, em julho de 2018, os protestos acarretados duraram dois dias e culminaram com a morte de dois cidadãos (BEAUMONT, 2019).

O clima de tensão e descontentamento político determinou a existência de três primeiros ministros em apenas dois anos. Fato que apenas demonstra que a reconstrução política do país não ocorrerá de forma simples. Somado a isso, a saída da MINUJUSTH, que sucedeu a MINUSTAH, em outubro de 2019 faz com que haja uma real preocupação em relação a manutenção da ordem frente a eleição parlamentar no Haiti que até o atual momento em 2020 não foi realizada (MORALES, 2019). A Figura 2 demonstra os aspectos político-econômicos atuais do Haiti.

Figura 2 - Situação político-econômica do Haiti



Fonte: Adaptado a partir de Haiti's Political and Economic Conditions, 2019.

4 ESTRUTURAÇÃO EM SAÚDE HAITIANA E A ATUAÇÃO DA ONU/OMS EM EPIDEMIAS DE CÓLERA

Neste capítulo foram abordadas as questões históricas e de estruturação do sistema de saúde haitiano, indicando suas particularidades, divisões setoriais, assim como, sua abrangência e déficit no atendimento à população. Além disso, se definiu a relação entre o saneamento básico precário no país e os fatores que predis põem o Haiti as crises em saúde.

Posteriormente, foi analisada a atuação da OMS nos surtos de cólera, considerando suas tomadas de decisões e planos de ação, com ênfase no enfrentamento a epidemia de cólera no Haiti. Além disso, são discutidas intervenções, auxílios internacionais e iniciativas governamentais que determinaram o controle da epidemia de cólera, até a ausência de novos casos registrados no ano de 2019.

4.1 Aspectos sanitários e sistema nacional de saúde no Haiti

Desde a sua independência em 1804, o Haiti se revoltou contra a escravidão e o controle francês. Assim, durante o século XX, vários conflitos sangrentos ocorreram. A situação haitiana foi marcada pela ocupação militar americana (1915-1934), pela brutal ditadura de François Duvalier, epidemias e várias doenças que estão associadas à pobreza, à fome e às péssimas condições de vida (PLANCHER, 2018).

Devido às intervenções, aos conflitos e ao regime autoritário no século XX, houve grande impacto na economia, nas questões sociais e de saúde, o que culminou com danos acarretados diretamente à população. O acesso aos serviços de saúde haitianos é escasso, principalmente no que tange a população rural, fazendo assim, com que um número maior da população, procure por serviços de cura, que são oferecidos pelas pessoas voltadas às religiões de matriz africana (PLANCHER, 2018).

Com uma das situações sanitárias mais precárias das Américas, o Haiti apresenta altos índices de mortalidade materna infantil, desnutrição, elevadas prevalências de doenças infectocontagiosas, cólera, malária, AIDS e tuberculose. Com tudo isso, ainda conta com a escassez de água potável, a falta de saneamento básico e um sistema de saúde precário, onde predomina a rede privada. Isso faz com que o sistema público de saúde conte com pouca capacidade para atender a sua população (MORTIMER, 2016).

Para compreender os aspectos inerentes ao serviço de saúde pública haitiano, faz-se necessário analisar seu histórico, bem como a estruturação do sistema de saúde nesse país. O sistema de saúde nacional é constituído da seguinte forma: setor público, setor privado sem fins lucrativos, o setor misto sem fins lucrativos e o sistema privado. Quanto ao sistema público, cabe ressaltar que o mesmo encontra-se em crise desde o ano de 1991, defasado e desconstruído devido às constantes crises políticas e sociais locais (CHEQUER, 2011). Organizações não governamentais e religiosas se responsabilizam por parte dos atendimentos e constituem o setor privado sem fins lucrativos. Já o sistema misto baseia-se no financiamento pelo Estado de instituições de saúde, gerenciadas pelo setor privado. O Ministério da Saúde Pública e População (MSPP) é o segundo maior em termos de empregos públicos. E, além disso, no início dos anos 2000 estimava-se que 80% dos equipamentos em instituições públicas eram defeituosos ou defasados ao extremo (PAHO, 2003).

Porém, em uma tentativa de modificar o paradigma de saúde, em 1998 um movimento de reforma em saúde iniciou no Haiti. A proposta reestruturava as funções governamentais, modificava o padrão de financiamento público proposto, promovia a modernização das nove entidades estatais e a descentralização dos programas. Assim, a política de saúde pública baseava-se em dois conceitos-chaves: as Unidades de Saúde Comunitárias e o Pacote Básico de Serviços, que são itens da Política Nacional de Descentralização. Contudo, apesar da implementação dos serviços citados, tal reforma não ocorreu da forma esperada, visto a dificuldade de obtenção de financiamento externo, ocasionada pelas constantes crises políticas e escândalos financeiros, ligados aos desvios constantes de verba, o que determinou a implementação de um número de unidades e hospitais inferior ao proposto pelo pacote. O que evidencia tal disparidade é o fato de que no início do século apenas 36% das instalações em saúde haitianas pertencem ao setor público (PAHO, 2003).

Apesar de possuir um sistema de saúde o Haiti é um dos países mais pobres das Américas, situando-se entre as posições mais desfavoráveis nas avaliações mundiais dos índices de saúde. Hoje, sabe-se que 75% da população haitiana sobrevive com o equivalente a menos de 2,5 dólares por dia. Além disso, os gastos em saúde per capita são equivalentes a 2,35 dólares por habitante, um dos índices mundiais mais baixos. Mais da metade da população haitiana não possui acesso ao sistema formal de saúde, recorrendo frequentemente às práticas alternativas de cura (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 201-). Além disso, o terremoto que ocorreu

em 2010 determinou a derrocada do sistema de saúde nacional, já deficitário. 60% das estruturas hospitalares dos três departamentos mais afetados (Artibonite, o do Norte e o de Grand'Anse), foram destruídas, o que impacta em ausência de fornecimento de serviços em saúde para aproximadamente 46% da população do país (ALFRED, 2012). Durante esta tragédia, ocorreram diversos óbitos entre profissionais e estudantes da saúde, o que gerou empecilhos no atendimento e na oferta de serviço em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 201-). Apesar de basear sua atuação nos pilares da equidade, solidariedade e justiça social, e de ter na constituição de 1987, o amparo necessário para a criação e cumprimento dos regimentos em saúde, a administração pública haitiana se demonstra ineficaz frente ao gerenciamento de tal aspecto da nação (ALFRED, 2012).

Com isso, o Haiti possui um histórico prolongado de auxílios externos, cujos serviços e planos em saúde são ofertados gratuitamente aos pacientes. Em 2008, por exemplo, o Acordo Tripartite de Cuba, Haiti e Venezuela, que foi efetivo ao garantir a experiência de um sistema de saúde abrangente, com atendimentos clínicos primários gratuitos, além da possibilidade de aumentar a cobertura de exames laboratoriais, cirurgias em geral e garantir a distribuição de medicamentos, auxílio que perdurou até a estabilização da propagação da cólera nos anos subsequentes sendo gradualmente retirado. Outra entidade com grande importância nesse cenário que correspondeu de 2010-2019 foi o Médicos Sem Fronteiras (MSF), que realizaram experimentos quanto ao gerenciamento de auxílio em saúde com a premissa de custo zero de atendimento médico, e prestaram assistência médica gratuita a uma grande parcela da população.

Outro ponto a se destacar reside no fato de que, apenas após o terremoto de 2010, o MSPP impôs de fato a necessidade de isenção de custos no atendimento médico, ao passo que reconheceu a necessidade da criação de planos de financiamento na atenção à saúde, que possibilitassem a continuidade dos serviços sem acarretar fechamento de hospitais e pontos primários de acesso à saúde. Contudo, o que foi observado na prática, é que apenas serviços condicionados ao financiamento externo realmente conseguiram manter tal princípio intacto (ALFRED, 2012).

Nesse âmbito, uma série de disparidades podem ser observadas. A assistência pré-natal é escassa, puericultura deficitária com alta mortalidade infantil, pacientes HIV pré-natal é escassa, puericultura deficitária com alta mortalidade infantil, pacientes HIV positivo que só recebem tratamento para essa doença, não podendo

obter auxílio para outras patologias. Tais disparidades são mais evidentes ainda ao passo que se percebe a interdependência do sistema de saúde e dos recursos externos. Quando eventualmente tais recursos são suspensos, há um aumento considerável nos índices de mortalidade e morbidade assistencial (WHO, 2016).

Um dos exemplos de reconstrução proveniente de auxílio externo, consiste no programa para Reconstrução do Sistema de Saúde Haitiano, liderado pelos Estados Unidos da América durante o governo de Barack Obama. O programa baseia-se no gradual financiamento de ações em saúde, com definição de metas práticas a serem alcançadas. O pilar fundamental do programa é baseado na oferta de acesso aos serviços de saúde, controle de condições endêmicas no território haitiano, bem como tem o objetivo de assegurar acesso a água limpa e potável, atual fonte de contaminação e propagação de diversas doenças, com grande impacto nos custos de saúde e nas taxas de mortalidade e morbidade (CDC, 2013).

No que tange a questão sanitária, cabe ressaltar que o Haiti possui um histórico de escasso acesso ao saneamento básico, com programas ineficientes de coleta de dejetos e de lixo. Além disso, acesso a água potável e tratada é limitado. Após o terremoto de 2010, apenas 69% da população haitiana possuía acesso a água tratada e apenas 17% a condições sanitárias adequadas. A partir do desastre de 2010, os esforços governamentais e de intervenções estrangeiras têm seu foco na manutenção de adequado abastecimento hídrico para a população, sendo que há uma prioridade para que se atendam zonas rurais das diferentes cidades, marcadas pela alta taxa de disseminação de cólera e de mortalidade. Além do estabelecimento de mais de 70.000 pontos de cisternas para armazenamento de água, mais de 5.600 garrafas de solução de cloro produzidas localmente (produto conhecido como Aquajif) foram distribuídas, o que corresponde a aproximadamente 9.5 milhões de litros de água em condições adequadas de consumo (CDC, 2013).

Destarte, através dos dados apresentados nos parágrafos anteriores, é possível compreender que a dinâmica de saúde haitiana é prejudicada em grande parte pelas constantes crises políticas e econômicas. A dependência de fatores externos para a melhora do Sistema Nacional de Saúde e otimização de uma distribuição adequada dos insumos de saúde, faz com que progressos sejam alcançados de maneira lenta e gradual, sendo frequentemente freados pelas crises governamentais. Os dados provenientes da crise sanitária vivenciada após o terremoto de 2010 demonstram a extrema fragilidade do serviço público de saúde,

fato expresso no aumento veloz das taxas de morbidade e mortalidade, principalmente relacionados à epidemia de cólera. Consequentemente, para que uma política pública de saúde seja estabelecida de forma sólida há uma necessidade iminente na mudança dos padrões de distribuição do financiamento em saúde, principalmente com foco no fortalecimento da estrutura e equipe de trabalho de hospitais e postos primários de saúde. Sem uma intervenção paulatina e planejada nesse aspecto, os aspectos sanitários e de saúde irão, inevitavelmente, permanecer como focos constantes de retardamento em relação ao estabelecimento do progresso quanto à saúde no país (CDC, 2013).

4.2 Atuação da ONU/OMS nas epidemias de cólera

A cólera constitui um importante problema de saúde pública e social. Historicamente, diversos surtos ocorreram em diferentes países, que compartilham entre si algumas características em relação ao seu desenvolvimento social e de saneamento básico. Apesar da ocorrência de eventos trágicos, como o analisado nesse trabalho, se pode inferir que a ocorrência de surtos de cólera está intimamente ligada à deficiência em uma infraestrutura de saneamento básico adequada, bem como uma organização deficitária do sistema de saúde (OMS, 2006).

Com isso, houve uma necessidade emergente de que ações fossem tomadas frente a tais situações para que os surtos fossem contidos e tivessem o menor impacto possível na dinâmica econômica e social de um país. Assim, a OMS define que apesar de um surto de cólera ter seu foco voltado para aspectos médicos, há uma necessidade ímpar de não se permitir que ocorra negligência em relação aos fatores sociais, bem como problemas ambientais ou de comunicação (OMS, 2006). Em seu manual acerca da abordagem ao surto de cólera, lançado inicialmente no ano de 2004, a OMS define uma série de objetivos e metas para que uma resposta adequada a um surto de cólera seja ofertada. São salientadas a necessidade de se fornecer uma ideia geral e abrangente que possibilite uma resposta ao surto, identificando pontos fortes e fracos das estratégias de resposta, visando melhorar a preparação para eventos futuros e fornecer recomendações precisas, sendo essas baseadas em diretivas oficiais da organização (OMS, 2006).

Tal histórico de abordagem de surtos de cólera, remonta do período em que houve a criação, por parte da OMS, em 1992, da Força Tarefa Global sobre Controle

da Cólera (GTFCC), que objetivava a definição de ações em saúde nos países nos quais houvesse ocorrência de surtos. No entanto, ao longo da década de 90 e no início dos anos 2000, a força tarefa teve uma importante diminuição na sua ação global, e teve suas ações parcialmente suspensas. Dessa forma, em 2011, coincidindo com o surto de cólera no Haiti, houve um pedido de que essa força tarefa fosse revitalizada pela OMS e suas ações fossem expandidas. O processo formal de revitalização iniciou-se no fim de 2012 e foi completado no início de 2014. Durante esse período diversos Termos de Referência e protocolos foram estabelecidos, determinando as prioridades de ação desse mecanismo (WHO, 201-).

A visão de atuação da força tarefa consiste no pensamento de que ações coletivas podem parar a transmissão de cólera e diminuir o número total de mortes de maneira considerável. Nesse contexto, retomando o que foi previamente citado, a colaboração entre diversos atores, caracterizando a cooperação internacional, necessita ser utilizada para que se possa traçar um objetivo em comum, pressupondo que tal sistemática permita que a interação entre os atores se dê em prol da cooperação, objetivando a resolução de um problema ou a formação de estratégias que busquem soluções a longo ou curto prazo, capazes de atenuar efeitos causados por crises de diferentes etiologias. Tais conceitos vão ao encontro ao exposto por Sato (2010) no que tange o estabelecimento de um aumento gradual de importância das *low politics*, ou seja, o surgimento da relevância e da necessidade de se abordarem questões que contemplem outros aspectos, como fatores sociais, educacionais e em saúde.

Assim, a GTFCC tem o propósito de dar suporte à implementação de estratégias baseadas em evidência para o controle da cólera e pretende atingir esse objetivo através do fortalecimento das ações e colaborações internacionais, otimizando as ações coordenadas entre os diferentes países sob a bandeira da OMS. Conforme trazido por Maciel (2009), tais situações exemplificam a importância da cooperação técnica internacional como uma ferramenta ímpar, visando o desenvolvimento mútuo e o fortalecimento das relações entre países no mundo atual, em vista de se alcançar a manutenção de um ritmo de crescimento em comum aos diferentes atores. Outro fator importante, inerente a atuação da GTFCC, consiste no foco de aumentar a visibilidade da cólera como problema de saúde pública, frequentemente negligenciado pelas nações desenvolvidas, facilitando o compartilhamento de práticas e contribuições entre os sistemas de saúde de

diferentes Estados. No entanto, a GTFCC não se responsabiliza pela criação de normativas técnicas (WHO,201-).

Destarte, ao longo da década passada, a OMS otimizou sua atuação no combate aos surtos e epidemias de cólera. Em 2017, um novo plano foi proposto e baseado na sua Estratégia para Eliminação da Cólera até 2030, a organização afirma ser possível, através do estabelecimento de ações coordenadas, reduzir em até 90% o número de mortes por cólera até o ano de 2030. O novo plano visa alinhar recursos, compartilhar experiências e práticas, além de firmar parcerias entre os países afetados, órgãos internacionais e doadores. Com isso, a necessidade de um planejamento coordenado para o controle do cólera, com detecção precoce e rápida resposta aos surtos, é enfatizada (FIOCRUZ, 2017).

Os fatores aqui analisados ratificam o que foi proposto por Kant ao visualizar que a coexistência pacífica entre nações se daria através da proximidade de interesses comuns e a visualização de que fins não militares de intervenção caracterizariam uma agenda política mais atrativa e estratégia (MACIEL, 2009). Além disso, Nogueira e Messari (2005) sinalizam que essa interação entre os diferentes atores, pautadas no aspecto do Liberalismo, permitem a ação de Organizações Internacionais nos diferentes Estados, aqui exemplificada através da atuação da OMS no Haiti. Ainda conforme a premissa apontada pelos autores Nogueira e Messari (2005) de que as sociedades são inclinadas a uma tendência de regulação e correção de desequilíbrios, podemos perceber que a atuação da OMS utilizou as ineficiências e carências percebidas no passado, quanto ao enfrentamento de outras epidemias de cólera, e as aplicou como ferramentas para a correção do desequilíbrio gerado no cenário pós catástrofe haitiano.

Todavia, quando analisamos especificamente a atuação da OMS no Haiti, torna-se possível perceber que apesar de todos esses mecanismos acima descritos, não há sempre a certeza de que as intervenções propostas são inteiramente benéficas e, muitas vezes, acarretam um aumento da gravidade das situações de saúde em um determinado país, bem como determinam um impacto negativo em questões sociais e políticas. Conforme Sato (2010), as atuais agendas políticas dos países determinam as necessidades crescentes de intervenção, contudo, esse movimento necessariamente não traz consigo a certeza de que os interesses de cunho internacional são os mesmos de cunho nacional e ocorre um distanciamento entre aquilo que foi proposto e o real desfecho de uma intervenção. Ao longo da próxima

seção será abordada a atuação da OMS no país, seus desfechos, as crises desencadeadas pela presença internacional no período de crise nacional e se construirá uma análise acerca da atuação da organização.

4.3 A atuação da ONU/OMS na epidemia de cólera no Haiti

A presença da OMS no Haiti não iniciou apenas durante o período de crise pública estabelecido após o terremoto em 2010. A missão vigente durante o período da epidemia, proposta pela ONU, a MINUSTAH, havia sido implementada em 2004 e estava ativa na época de ocorrência dos eventos citados. A missão tinha por objetivo primário o estabelecimento da ordem, após um período de insurgência civil que teve seu ápice após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. Um dos aspectos dessa missão, foi o estabelecimento de um Escritório Regional da OMS no país. Essa unidade visava a abordagem de aspectos de saúde e saneamento básico, não abrangidos diretamente pela MINUSTAH (ONU, c2020).

Contudo, apesar da ocorrência do desastre natural, a missão proposta pela ONU trouxe consigo um impacto negativo imensurável: um histórico de violência e a caracterização como a própria fonte de transmissão do cólera. Por um convite do governo local, o epidemiologista Renauld Piarroux desenvolveu um trabalho de pesquisa, no departamento de Artibonite, no qual analisou a ocorrência dos primeiros casos de cólera após a chegada de soldados nepaleses ao Haiti. Apesar de não terem sido detectados sintomas nos membros da tropa, acredita-se que estes serviram como ponto inicial do que posteriormente se tornou uma epidemia (MOULIN, 2019).

Piarroux teve grande dificuldade frente a publicação de seu relatório em 2010. Além dos entraves políticos, por um longo período, a Organização das Nações Unidas continuamente negou sua importância no desencadeamento da crise, afastando qualquer responsabilização por parte de sua missão de paz. No entanto, em 2016, através de uma nota, a ONU reconheceu seu importante papel e envolvimento involuntário na disseminação do surto, o que desencadeou aumento nas tensões políticas e uma necessidade emergente de propostas de novas ações em saúde (UOL, 2016).

A crise política desencadeada por essa situação, culminou no encerramento da MINUSTAH, com substituição da mesma pela MINUJUSTH, que tinha objetivos mais amenos e sinalizava o gradual afastamento das ações da ONU e OMS no país.

Seu período de ação perdurou pelos anos de 2017 até 2019, sendo então substituída pela BINUH. Frente a tal quadro, faz-se importante a análise da atuação da OMS nesse cenário.

Considerando o combate à epidemia de cólera, a OMS iniciou sua atuação no Haiti ainda no ano de 2010, após o relato dos primeiros casos de cólera no departamento de Artibonite. Sua presença na época era baseada nas ações propostas pelo Escritório Regional da organização no país e, também, através das ações desenvolvidas pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), agência subsidiária da OMS. O início da atuação se deu a partir da construção de doze centros de tratamento para o cólera, sendo seis deles em Artibonite, um na região Central e cinco em Porto Príncipe. As metas dessa primeira ação tinham ênfase no abastecimento de água potável, promoção de bons hábitos de higiene pessoal e a conscientização quanto à evacuação em áreas abertas e públicas. Além disso, a OPAS disponibilizou através do Programa de Suprimentos e Medicamentos Essenciais (PROMESS) insumos para o início do combate à epidemia e diminuição imediata do número de mortes (OMS, 2010).

Após os esforços iniciais, em 2011, um boletim do Grupo de Ação Sanitária no Haiti (grupo coordenado pelo OPAS/OMS e o Ministério de Saúde Pública e População) fez apontamentos em relação ao avanço conquistado até então. O panorama geral demonstrava um número total de casos de 285.931, com 4.870 mortes, porém, apesar das crescentes taxas de incidência cumulativa detectadas no período inicial da epidemia, já se percebia um melhor controle da propagação da doença. Um dos grandes entraves enfrentados permanecia sendo o adequado abastecimento de água potável para a população. O documento ainda descreve os esforços em promoção da saúde delineados para os anos subsequentes (BOLETÍN DEL GRUPO DE ACCIÓN SANITARIA, 2011).

Ao longo do ano de 2012, buscou-se fomentar o fortalecimento das ações desenvolvidas até então e propiciar um maior controle do alastramento da infecção pelo país. Durante esse ano o Plano Nacional para Eliminação do Cólera no Haiti 2013-2022 foi proposto, tendo como parceiros a OPAS/OMS e o Ministério de Saúde Pública e População (MSPP) do Haiti. Essa interação exemplifica o objetivo da cooperação técnica internacional, ou seja, a transferência de *know-how* entre duas diferentes organizações, visando o cumprimento de uma meta em comum. Nesse cenário, a principal premissa de planos desse tipo, conforme trazido por Oliveira e

Luvizotto (2011), é a de se caracterizarem como instrumentos de política externa, sendo fontes de desenvolvimento socioeconômico para um país ou para os vários atores envolvidos num mesmo objetivo, sendo fonte de desenvolvimento de infraestrutura humana, geração de conhecimento e melhorias nos serviços ofertados à população por parte do país que recebe o auxílio.

No relatório do Plano Nacional para Eliminação da Cólera no Haiti 2013-2022, importantes informações são demonstradas no que tange as áreas de maior vulnerabilidade dentro do país e as estratégias necessárias para o controle da epidemia (GUILLAUME, 2018). O relatório demonstrava uma deficiência na baixa cobertura de saneamento básico no país, que limitava-se a 50% em áreas urbanas e 30% em áreas rurais, grandes vazamentos na rede de distribuição hídrica e uma incerteza quanto a qualidade da água distribuída. Assim, esses entraves eram apontados como os grandes limitantes a serem superados para o desenvolvimento de um plano de ação sólido (REPUBLIC OF HAITI, 2013).

Nos anos subsequentes, a OMS concentrou seus esforços na manutenção de condições de saneamento básico mínimas nos campos emergenciais estabelecidos após o terremoto, distribuição de água potável e alimentos para aproximadamente 1.2 milhões de famílias, estabelecimento de 11.000 pontos de distribuição de água potável e programas de conscientização nacional, que levavam informações a 13 milhões de pessoas (um número superior à população do Haiti, fato que ocorreu devido ao recebimento de informativos em diversos períodos de tempo em uma mesma família (REPUBLIC OF HAITI, 2013).

No período correspondente entre 2013-2015, foi possível observar uma flutuação no número de casos e de mortalidade. Contudo notava-se um gradual avanço propiciado através das ações desenvolvidas pela OMS/OPAS que apesar das dificuldades em seu avanço, tanto pela crise econômica, política e social no país, como a dificuldade na manutenção de um adequado aporte de saneamento básico e água potável para a população, obtinham sucesso notável nas ações propostas (UN, 2020).

Após o furacão Matthew em 2016, houve um aumento expressivo dos casos de cólera, principalmente pelo grande aporte de destruição causado. Com esse novo fato, a OMS concentrou seus esforços em aumentar o número de times de saúde atuando no país e, além disso, buscou auxílio de profissionais com experiência prévia no enfrentamento de crises semelhantes, para traçarem linhas de conduta. Em 2017,

para tentar frear o aumento dos casos, uma nova iniciativa foi proposta pela OPAS/OMS: a criação de uma estratégia de uso de motocicletas para rápida movimentação de profissionais de saúde no território haitiano, visando a detecção precoce dos casos e propiciar tratamento adequado para os indivíduos. O último relatório epidemiológico lançado pela OPAS, datado de 11 de outubro de 2018, demonstrava que apenas 3.111 casos suspeitos foram confirmados durante o ano, com 37 mortes. Números muito inferiores aos observados nos anos precedentes (PAHO/WHO, 2018). Com isso, as medidas de controle propostas foram mantidas e em 2019, no mês de janeiro, o último caso de cólera foi registrado no país (UN, 2020).

Contudo cabe ressaltar, conforme evidenciado anteriormente, que apesar da positividade dos números que indicam a redução da mortalidade e do controle da epidemia de cólera, a atuação da OMS deixou, ao longo de seu trajeto, uma herança de dúvidas e atuações negativas. É marcante o aspecto de que houve, em um primeiro momento, uma tentativa de interferências nos dados assinalados nos relatórios dos primeiros meses e anos do combate à epidemia, fato corroborado pela dificuldade de Pieroux em publicar sua análise epidemiológica da situação haitiana nesse período (MOULIN, 2019).

Além disso, diversas acusações e apontamentos foram feitos relacionados à presença de soldados nepaleses no território haitiano e o aumento expressivo dos casos na época. Contudo, houve uma preocupação constante por parte da ONU e da OMS em negar que tal intervenção tivesse sido desencadeante de fatores de agravamento da epidemia de cólera. Em um primeiro momento, o posicionamento oficial das investigações conduzidas pela própria ONU determinava que havia ocorrido uma contaminação ambiental com fezes, culpando as condições sanitárias no acampamento da MINUSTAH, reiterando que as condições fornecidas não eram suficientes para evitar a contaminação do Sistema Tributário Meye do Rio Artibonite (ESTADÃO, 2011). Porém, posteriormente a ONU reconheceu seu papel na introdução da bactéria no território haitiano, através de translocação, por meio de contaminação de fontes aquíferas por soldados em missão de paz, afirmando que houve negligência por parte da manutenção das questões sanitárias (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Relativo ao desencadeamento do surto de cólera, em 2013, houve a existência de um processo contra a ONU, conduzido por advogados de direitos humanos, que representavam vítimas da epidemia de cólera, solicitando indenização de

aproximadamente 100.000 dólares por cada vítima fatal da epidemia (UOL, 2018). Porém, a ONU se negou formalmente a indenizar as vítimas, comunicando, na época, o então presidente Michel Martelly e reassegurando o comprometimento da ONU/OMS com a erradicação da cólera no Haiti (BBC, 2013).

Outro aspecto preocupante da missão de paz e em saúde no Haiti proposta pela ONU/OMS foram as recorrentes acusações de estupro de menores (UOL, 2019), além de abusos sexuais caracterizados a partir da troca de alimentos por sexo, que teriam sido cometidas por soldados brasileiros (CHADE, 2017) e chilenos (SÁ, 2016). Tais ocorrências foram constantemente negadas pelos comandos militares da missão. Contudo, mais de 150 denúncias de abuso e assédio foram registradas entre 2006 e 2016. A tensão gerada pelas denúncias culminou no descrédito da missão de paz e de auxílio em saúde no Haiti, gerando um desgaste entre governo local e as intervenções internacionais, agravado pela acusação por parte do governo haitiano de que a ONU interferia na sua política interna (UOL, 2018).

Através desse contraste, reitera-se a visão de Sato (2010) de que as intervenções propostas a partir da cooperação internacional, geralmente, trazem consigo diversas conclusões inesperadas. Com isso, os interesses internacionais, justificados em um primeiro momento a partir da preocupação em preservar uma nação, tornam-se tortuosos ao passo que flagelos e estigmas são criados, sejam eles no âmbito político, social, militar ou em saúde. Por meio do que foi exibido nos parágrafos anteriores torna-se perceptível que análise isolada de números, taxas e objetivos alcançados não traz consigo, necessariamente, o real impacto de uma intervenção, mas ao contrário mascara os prejuízos acarretados por ações de cooperação em prol de uma nação.

5 CONCLUSÃO

A construção desse trabalho objetivava, de maneira geral, compreender a atuação da ONU e da OMS no período de crise, agravadas pela epidemia de cólera, correspondente aos anos de 2010 e 2019, bem como as consequências dessas ações. Além disso, se objetivava ainda compreender a evolução dos efeitos causados pela crise em saúde e como esses estão ligados a atual situação do país. Para tal, buscou-se contextualizar historicamente a origem e os eventos que marcaram a formação do Haiti como nação, desde seu período colonial, perfazendo a sua declaração de independência e seu processo de estabelecimento como Estado. Tais fatos, quando analisados em conjuntura com o cenário atual do país, corroboram a importância que eventos passados, assim como, a exploração ostensiva de recursos naturais e humanos por parte das nações externas determinam impactos futuros, com comprometimento no desenvolvimento social e econômico do país. Também foram abordados os aspectos referentes ao cenário político e econômico do período que constituiu o foco do estudo.

A análise progressiva dos dados demonstra que o Haiti possuía um déficit econômico considerável, marcado pelos constantes desvios de verba em termos de gestão governamental, permeados pelas crises políticas com frequentes mudanças de líderes governamentais. O uso incorreto dos fundos monetários, assim como, a criação de estratégias que se demonstraram falhas em diversos momentos, corroborou para a existência de um país predisposto a sofrer com eventuais catástrofes e crises em saúde. E, nesse cenário, a efetivação de programas de cooperação internacional, aqui analisados a partir da intervenção da ONU/OMS no Haiti, auxiliou o país apenas no controle e posterior erradicação da epidemia, não sendo efetivo para que houvesse uma reestruturação das questões ligadas à deficiência em saneamento básico e de um sistema de saúde abrangente que seja capaz de lidar de maneira eficaz com crises. Com isso, infere-se que o cenário atual assemelha-se de certa forma ao apresentado previamente ao ano de 2010, pois mesmo com a existência de melhorias nos tópicos saneamento básico e saúde, referenciadas através dos positivos números da intervenção da ONU/OMS, o Haiti permanece sendo um país que carece de uma infraestrutura capaz de propiciar a sua população melhores condições de vida.

Nesse enquadramento, um dos objetivos específicos consistia em estudar o contexto histórico em termos socioeconômicos e políticos do Haiti, ao passo que se identificavam relações entre dificuldades experimentados historicamente e os problemas atuais de saúde do país. Esse objetivo foi alcançado ao se expor a relação estreita entre o período colonial haitiano e sua história de exploração ostensiva, com as dificuldades atuais frente ao desenvolvimento nacional não atingido de forma satisfatória nos âmbitos de saúde, economia e infraestrutura.

No que tange a cooperação internacional abordada ao longo da pesquisa, definiu-se a meta de entender a sua importância de forma a auxiliar na busca de soluções para a crise epidemiológico enfrentada pelo Haiti. A partir do prisma do Liberalismo, com a construção dos conceitos de cooperação internacional e cooperação técnica internacional, pode-se afirmar que a interação entre as diversas nações é necessária e constitui importante aparato na prevenção e resolução de possíveis crises, sejam elas militares, políticas, sociais ou em saúde. Através da união dos conhecimentos técnicos e amparo efetivo fornecido a um Estado, existe a possibilidade de se fomentar o desenvolvimento de uma nação capaz de se reestruturar após um período de crise. Contudo, salienta-se que as intervenções ainda necessitam possuir um caráter mais abrangente de atuação, com foco na reorganização dos serviços fornecidos à população, como também, na criação de medidas que possibilitem ao país tornar efetivas as mudanças implementadas durante o período em que contou com ajuda internacional.

Isso é perceptível atualmente, em que há um aumento gradual quanto a preocupação da capacidade do Haiti manter-se estável caso ocorra a suspensão da cooperação internacional efetiva em seu território. Sem dúvidas a cooperação internacional corroborou para o controle e eliminação da epidemia de cólera, entretanto, é possível questionar se as medidas implementadas serão duradouras, fato que será observado apenas no futuro.

Por fim, o último objetivo específico proposto buscava a compreensão da atuação da OMS no combate à epidemia de cólera haitiana. Primordialmente, faz-se necessário apontar que existem dois vieses que necessitam ser caracterizados: a atuação da OMS nos índices de saúde do país no período correspondente à crise e os problemas acarretados por tal intervenção. Nesse contexto, cabe ainda avaliar se o resultado dos programas e assistências propostas, será mantido após a gradual

suspensão das atividades da OMS no país a partir do cumprimento do plano de erradicação da cólera até 2030.

Ao se analisar isoladamente os índices em saúde apresentados nos relatórios da ONU/OMS, e por outras organizações que atuam no país durante essa última década, é possível afirmar que a missão em saúde teve sucesso no controle da epidemia de cólera, com erradicação de novos casos e controle da mortalidade. É inegável que ocorreu uma parcial melhora nas condições de saneamento básico e aumento da oferta de serviços de saúde, porém, é questionável se esses pontos positivos poderão ser mantidos pelo governo haitiano caso ocorra suspensão da atuação internacional da OMS no país.

Apesar de todas as medidas implementadas pela OMS no período da epidemia, é perceptível a inexistência de uma preocupação de reestruturação governamental que abranja os aspectos de saúde para que se busque efetivamente a melhora das condições de saúde ofertadas ao povo haitiano. Grande parte dos protocolos implementados pela OMS baseou-se apenas no combate à cólera, deixando em segundo plano as demais moléstias que assolam o país. Atualmente, o Haiti permanece com deficiências no âmbito da saúde semelhantes àquelas que eram percebidas no período que precedeu a crise epidemiológica. Esse fato valida o questionamento da capacidade que o Estado haitiano tem hoje de prevenir novas crises sanitárias e em saúde.

Por fim, ao se explorar o legado deixado pelas missões de paz e saúde no Haiti, compreende-se a dubiedade das intervenções internacionais. Apesar do positivo aspecto quanto à epidemia de cólera, as missões da ONU determinaram um aumento da tensão internacional entre o Haiti e a ONU/OMS, além de deteriorar parcialmente as relações internacionais haitianas com alguns Estados. Além disso, os relatos de abuso sexual, violência contra a população e a própria responsabilização da missão de paz, como precursora da epidemia de cólera, levaram o povo haitiano a desenvolver um descontentamento crescente em relação à presença estrangeira no país, hoje, percebida como negativa.

REFERÊNCIAS

ALFRED, Jean-Patrick. Quel est le coût réel de la couverture universelle en santé en Haïti? **Santé Publique**, Laxou, v. 24, n. 5, p. 453-458, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-sante-publique-2012-5-page-453.htm#>. Acesso em: 14 mai. 2020.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, Jacques. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 149-163.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. 2007. **Carta Internacional**, v. 2, n. 2, p. 32-47. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416>. Acesso em: 03 mar. 2020.

AYUSO, Silvia. Furacão Matthew deixa quase 900 mortos no Haiti e mergulha país no caos. **El País [online]**, Madrid, out. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/06/internacional/1475746470_475357.html. Acesso em: 20 mai. 2020.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-15, mar. 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1987000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020.

BEAUMONT, Peter. Haiti in disarray as anti-government protests lead to prison breakout. **The Guardian [online]**, Londres, fev. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/14/haiti-disarray-anti-government-protests-prison-breakout>. Acesso em: 22 out. 2019.

BOLETÍN DEL GRUPO DE ACCIÓN SANITARIA. El Ministerio de Salud Pública y Poblacion y la Organización Panamericana de la Salud, n. 24, p. 1-11, mayo 2011.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION - CDC. **Progress Towards Rebuilding Haiti's Health System**. Atlanta: CDC, 2013. Disponível em: <https://www.cdc.gov/globalhealth/healthprotection/errb/pdf/ProgressTowardRebuildingHaitisHealthSystem.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CIA. **Central America: Haiti**. The world factbook. 2020. Disponível em: <http://cia.gov/library/the-world-factbook/geos/ha.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CHADE, Jamil. Soldados brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. **Estadão [online]**, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao->

acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751. Acesso em: 11 jun. 2020.

CHEQUER, Jamile. Sistema de Saúde do Haiti é tema de palestra. **Fiocruz [online]**, Manguinhos, set. 2011. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/sistema-de-sa%C3%BAde-do-haiti-%C3%A9-tema-de-palestra>. Acesso em: 10 mai. 2020.

COBERTURA completa. **G1 [online]**, São Paulo, fev. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1446514-5602,00-COBERTURA+COMPLETA+TERREMOTO+NO+HAITI.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COMISSÃO analisa se soldados chilenos cometeram estupros e pedofilia no Haiti. **UOL [online]**, São Paulo, dez. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/12/25/comissao-analisa-se-soldados-chilenos-cometeram-estupros-e-pedofilia-no-haiti.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

COTO, Dánica. Haiti Braces for Fresh Round of Protests Amid Calls for President to Resign. **Time [online]**, New York, set. 2019. Disponível em: <https://time.com/5688930/haiti-protests-president-jovenel-moise/>. Acesso em: 02 out. 2019.

ELIMINAR a cólera até 2030. **Fiocruz [online]**, Manguinhos, out. 2017. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/eliminar-a-colera-ate-2030/#.XqTxpmhKjIU>. Acesso em: 25 abr. 2020.

EVANSKY, Ben. Supreme Court could hear groundbreaking case that challenges UN immunity. **Fox News [online]**, New York, set. 2019. Disponível em: <https://www.foxnews.com/politics/supreme-court-could-hear-groundbreaking-case-that-challenges-un-immunity>. Acesso em: 15 out. 2019.

FURACÃO Matthew deixa mortos e destruição no Haiti. **G1 [online]**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/furacao-matthew-devasta-haiti-e-deixa-mortos.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estud. av**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, jan./abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mai. 2020.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 488.

GUILLAUME, Yodeline. et al. Responding to Cholera in Haiti: Implications for the National Plan to Eliminate Cholera by 2022. **The Journal of Infectious Diseases**, Boston, v. 218, p. 167-170, nov. 2018. Disponível em: https://academic.oup.com/jid/article/218/suppl_3/S167/5103913. Acesso em: 8 jun. 2020.

HAITI acusa ONU de interferir em seus assuntos internos. **UOL [online]**, São Paulo, mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/03/01/haiti-acusa-onu-de-interferir-em-seus-assuntos-internos.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. 4. ed. New York: Longman, 2012.

KIRSCH, T. D; SAUER, L. M.; GUHA-SAPIR. Analysis of the International and US Response to the Haiti Earthquake: Recommendations for Change. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, v. 6, n. 3. p. 200-208, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23077262/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S./], n. 5, mar. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/14087>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MAPAS DA AMÉRICA. **Mapa do Haiti**. Disponível em: <http://www.america-mapas.com/haiti.htm>. Acesso em: 27 mai. 2020.

METZ, H. C. & LIBRARY OF CONGRESS FEDERAL RESEARCH DIVISION. **Dominican Republic and Haiti: country studies**. Washington, DC: Federal Research Division, Library of Congress, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Saúde no Haiti**. [S. /], 201-. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/projeto-haiti/saude-no-haiti>. Acesso em: 9 mai. 2020.

MORALES, Maureen Taft. **Haiti's Political and Economic Conditions**. Congressional Research Service, 2019.

MORTIMER, Caroline. Cholera in Haiti: Political crisis and poor sanitation mean thousands are dying unnecessarily in the Caribbean nation. **The Independent**, London, mar. 2016. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/cholera-in-haiti-political-crisis-and-poor-sanitation-mean-thousands-are-dying-unnecessarily-in-the-a6910626.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MOULIN, Anna-Marie. Choléra, Haïti 2010-2018 Histoire d'un desastre (Renaud Piarroux). **Médecine Scienses**, [S./], v. 35, n. 10, p. 804-805, 2019.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005. 250 p.

NÚMERO de mortos por furacão Matthew sobe para 877 no Haiti. **G1**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/numero-de-mortos-por-furacao-matthew-passa-de-470-no-haiti.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OLIVEIRA, M. F.; LUVIZOTTO, C. K. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 05-21, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292011000200001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2020.

Organização Mundial da Saúde - OMS. **Surto de Cólera: Avaliar a Resposta a Um Surto e Melhorar a Preparação**. 2 ed. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2006. 90 p.

ONU admite responsabilidade por surto de cólera. **UOL [online]**, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2016/08/18/onu-admite-responsabilidade-por-surto-de-colera-no-haiti.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ONU evita culpar soldados por epidemia de cólera no Haiti. **Estadão [online]**, São Paulo, mai. 2011. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,onu-evita-culpar-soldados-por-epidemia-de-colera-no-haiti,715255>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ONU não indenizará vítimas da cólera no Haiti. **BBC News [online]**, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130215_haiti_colera_indenizacoes_1k.shtml#:~:text=A%20epidemia%20de%20c%C3%B3lera%20surgiu,mais%20de%208%20mil%20pessoas.&text=A%20ONU%20nunca%20admitiu%20responsabilidade%20sobre%20o%20in%C3%ADcio%20da%20epidemia. Acesso em: 11 jun. 2020.

ONU reconhece participação no início da epidemia de cólera no Haiti. **Folha de São Paulo [online]**, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1804632-onu-reconhece-participacao-no-inicio-da-epidemia-de-colera-no-haiti.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ONU. **MINUSTAH**. À propôs. c2020. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/%C3%A0-propos>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Cólera em Haití**. 2010. Disponível em: https://www.who.int/csr/don/2010_10_26/es/. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION - PAHO; WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Epidemiological Update: Cholera**. Washington, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_topics&view=rdmore&cid=2219&item=cholera&type=alerts&Itemid=40745&lang=en. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION - PAHO. **Haiti: Profile of the Health Services System**. 2. ed. 2003. Disponível em:

https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2010/Health_System_Profile-Haiti_2003.pdf. Acesso em: 14 mai. 2020.

PLANCHER, Indy. **Análise Comparativa dos Sistemas de Saúde do Haiti e do Brasil Enquanto ao Modelo de Gestão, Modelo de Atenção, Modelo de Financiamento e Recursos Humanos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Integração Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4283/TCC%20para%20UNILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 mai. 2020.

REPUBLIC OF HAITI. **National Plan for the Elimination of Cholera in Haiti**. 2013. Disponível em: <http://haiti.bvsalud.org/wp-content/uploads/2013/03/nat-plan-elim-cholera-haiti-2013-20221.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ROBLES, Francis. Michel Martelly, Haiti's presidente, departs without a successor. **The New York Times [online]**, New York, aug. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/02/08/world/americas/michel-martelly-haitis-president-departs-without-a-successor.html>. Acesso em: 24 out. 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p. 46-57, mar. 2010. ISSN 1981-6278. DOI: <https://doi.org/10.3395/reciis.v4i1.698>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SÁ, Isabel Cristina. Os abusos sexuais cometidos pela MINUSTAH. **PET Relações Internacionais**, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://petripuc.wordpress.com/2016/08/10/os-abusos-sexuais-cometidos-pela-minustah/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SEMPLE, Kirk. There is no hope: Crises pushes Haiti to brink of collapse. **The New York Times [online]**, New York, out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/20/world/americas/Haiti-crisis-violence.html>. Acesso em: 24 out. 2019.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, p. 31-42, 2009.

TEW, Rob. Technical Cooperation: Investments to End Poverty. **Development Initiatives**, mar. 2013. Disponível em: <http://www.devinit.org/wpcontent/uploads/2013/09/Technical-cooperation-discussion-paper.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

UNITED NATIONS - UN. Haiti cholera outbreak 'stopped in its tracks'. **UN News**, [S.l.], jan. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/01/1056021>. Acesso em: 24 abr. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Cholera**. 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/cholera>. Acesso em: 15 jun. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **The Global Task Force on Cholera Control**. 201-. Disponível em: https://www.who.int/cholera/task_force/en/. Acesso em: 24 abr. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Weekly epidemiological record** **Relevé épidémiologique hebdomadaire**. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258763/WER9234.pdf;jsessionid=D24FDD0BC2AAD854FABEFC0B743F8C67?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Assessing the quality of primary care in Haiti. **Bulletin of the World Health Organization**. 2016. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/95/3/16-179846/en/>. Acesso em: 14 mai. 2020.